

## RESENHA BIBLIOGRÁFICA (\*)

MAURO (Frédéric). — *Des produits et des hommes. Essais historiques latino-américains, XVIe.-XXe. siècles.* Mouton, Paris, 1972, 174 págs.

Esta reunião de ensaios do Prof. Mauro constituiu o caderno nº 34 da coleção *Civilisations et Sociétés*, editada pela École Pratique des Hautes Études, Sorbonne, Sixième Section: sciences économiques et sociales, centre de recherches historiques.

Como nos adverte o prefácio do próprio autor, trata-se apenas de republicação em um “volumê cômodo” de trabalhos apresentados em diversas revistas e livros, inclusive em *Nova História e Novo Mundo*, lançado no Brasil, em 1969, pela Editora Perspectiva.

Os temas em questão, certamente, não fogem ao campo primordial das preocupações de Mauro, voltadas mormente para a história econômica, atlântica e americana. Ao contrário, podemos dizer, constituem uma amostragem cristalina do conjunto de sua obra. O enquadramento bem preciso daqueles interesses em seu “itinerário científico” — para usarmos uma expressão que lhe é própria — permite, por outro lado, que o volume apresente certos traços marcantes. Entre eles, uma continuidade, entrosamento e entrelaçamento de assuntos e tratamento muitas vezes ausente em um grupo de ensaios produzidos em diferentes épocas e, não raro, com objetivos mais específicos e quiçá divergentes. Sua constância de visão parece, todavia, colocar-se acima desses inconvenientes. Como diz, sua meta “é sempre o homem do passado e, atrás dele, o homem do presente” (p. 104).

Escapando um pouco ao sub-título, foram escolhidos três ensaios metodológicos para compor a primeira parte do volume: *Teoria Econômica e História Econômica* (*Cahiers de l'Institut de Science Économique Appliquée*, nº 79, abril 1959, série M, nº 4 e *Nova História e Novo Mundo*), *A História, ciência do abstrato* (*Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*, III, 6, 1962, p. 5-19 e *Nova História e Novo Mundo*) e *Estratégia e História* (*Revue d'Histoire Moderne et Contemporaine*, t. XVI, julho-setembro, 1969, p. 480-82). O interesse historiográfico desses estudos reside sobretudo no ato de representar determinadas tendências de abordagem que, como nos diz o prefácio, “... foram elaboradas e defendidas durante um período que vai desde o fim da Segunda Grande Guerra até nossos dias”. Já bastante conhecido, o primeiro capítulo visa a uma superação do constante “dilema”, na percepção de Mauro, da abordagem histórica em termos de passado ou de presente; advogando o auxílio de critérios atuais, para a compreensão do passado,

---

(\*). — Solicitamos dos Srs. Autores e Editores a remessa de suas publicações para a competente crítica bibliográfica. (*Nota da Redação*).

sugere, a título de exemplo, a possibilidade de aplicação do “aparato conceitual” do sub-desenvolvimento ao capitalismo comercial. Já em *História, ciência do abstrato*, estabelece sua atitude frente à natureza da matéria — no caso abstrata, teórica, científica — com especial destaque para a natureza e estruturas da história econômica. Por fim, partindo de um artigo de Jean-Baptiste Duroselle, Mauro estende a noção de estratégia da história militar para todo o campo histórico, situando o conceito perfeitamente dentro de suas concepções: “... a história das estratégias será uma história comparativa, portanto abstrata, “geral”, tentando caracterizar as diferentes formas de estratégia no interior de uma civilização, de um sistema dados e de opo-los ou aproxima-los daquilo que são em outras civilizações, em outros sistemas dialéticos de vontades: dialéticos sem dúvida, mas sobretudo dialéticos no plural, portanto um estudo geral dessas dialéticas. A dialética das vontades mistura-se, aliás, a outras: à das classes, das raças, das nações, das gerações, das ideologias. (...). Assim, esta história da estratégia aparece como um complemento — indispensável — da nova história: a da conjuntura, das estruturas, dos sistemas” (p. 45).

A segunda parte de *Des produits et des hommes — programas de trabalho* — apresenta várias proposições para a aplicação das perspectivas de Mauro no âmbito da história americana: *Para um modelo intercontinental: a expansão européia ultramar entre 1500-1800* (*Economic History Review*, Second Series, XIV, 1, 1961, p. 1-7; *Desarrollo Economico*, Buenos Aires, agosto-setembro, 1963, III, 1-2, p. 7-30 e *Nova História e Novo Mundo*) lança as bases para a construção de um modelo mormente concreto, dinâmico e quantitativo nos limites propostos e num outro estágio, modelos de cada império colonial e das economias nacionais, na medida em que “as economias nacionais e economias coloniais estão imbricadas umas nas outras” (p. 71). *Espaços marítimos e economia colonial brasileira (1500-1800)* (comunicação apresentada no Congresso dos americanistas de Mar del Plata — setembro de 1966 — e publicada no *Boletim dos Estudos Portugueses*, t. XXXI, 1970, p. 271-283) apoiando-se em outros estudos de história marítima, propõe questões sobre aspectos relacionados ao espaço marítimo brasileiro, aos portos brasileiros e às mercadorias, mercadores, regulamentações financeiras, capitais e influência da atividade marítima no todo da economia brasileira. Diante dessa problemática, a sugestão de Mauro é de que “a primeira grande síntese deveria chegar a uma espécie de modelo dinâmico da influência econômica européia, africana ou hispano-americana no Brasil. Ver-se-ia então misturarem-se estreitamente fatores políticos e fatores econômicos para determinar uma conjuntura a longo termo brasileira, de inspiração ou de origem não brasileira. À cada grande fase desta conjuntura corresponderia uma estrutura nova” (p. 78). Em *Problemas e possibilidades de uma história econômica quantitativa da América Latina desde a Independência: o caso do Brasil* (*Do Tempo e da História*, Lisboa, III, 1970) Mauro objetiva “reencontrar os mecanismos da

economia brasileira, mecanismos simples, gerais, que se encontram em todos os sistemas econômicos e mecanismos estruturais próprios a cada tipo de estrutura” (p. 83). Para isso discute a viabilidade de se escrever uma história quantitativa do Brasil, no sentido postulado por Jean Marczewski, e não somente uma história serial como a de Pierre Chaunu; finalizando, destaca as fontes que poderiam ser utilizadas na tarefa de levantamento de uma contabilidade nacional retrospectiva e da formação de um “modelo”. No último trabalho desta parte, *A história quantitativa da América Latina* (comunicação do Colóquio de História latino-americana de Santander, julho de 1969 e publicada em espanhol in *Atlantida*, VII, 42, novembro-dezembro, 1969, p. 593-604 com o título *La historia cuantitativa a Iberoamerica*) responde a três questões: “por que é este o momento de nos prendermos à história quantitativa da América Latina? De que meios dispomos para isto? Quais objetivos esperamos alcançar?” (p. 93). Tendo em vista um melhor conhecimento da América Latina, Mauro concebe além dos modelos econômicos, modelos sócio-políticos, como, por exemplo, o estudo quantitativo do domínio religioso e cultural de diversas áreas.

A última parte do volume foi reservada para a defesa de alguns pontos de vista frente a quatro temas: *História e integração latino-americana* (publicado em inglês nas Atas das Conferências de Palo Alto, maio de 1968: *The movement towards Latin America Unity*, New York, 1969) procura demonstrar até que ponto a história pode permitir uma melhor compreensão dos problemas da integração latino-americana, na medida em que encara a matéria (no caso principalmente a História econômica) como uma “ciência útil”. Considerando o problema da integração zonal e nacional em níveis de conjuntura, conclui que “enfim, uma reflexão histórica nos faz pensar que a oportunidade da América Latina para o século XXI não reside tanto no fato de possuir uma zona temperada como aquela onde se desenvolveu a Europa industrial (sucendendo ao espaço de clima mediterrâneo da civilização antiga) como no de ser amplamente tropical numa época em que as técnicas tornaram possível uma alta civilização em zona tropical. Esta visão, na perspectiva da História, deve tornar-nos otimistas” (p. 117). Em *Tensões e transferências de tensões na expansão européia da América (1500-1900)* (comunicação apresentada no quadro do Colóquio internacional de história colonial na Universidade de Ottawa, novembro de 1969, e a ser publicada na *Revue d'Histoire Sociale*) o ponto de partida de suas considerações localiza-se no livro de Louis Hartz, *The founding of New Societies*, New York, 1964. A seguir, diz Mauro: “utilizando a noção de tensão temos, de fato, a sensação de nos servirmos de um instrumento conceitual e de uma imagem física capazes de colocar em destaque certos aspectos fundamentais da expansão na América, sem ter com isso a pretensão de abranger toda a realidade. E', a nosso ver, o mal de algumas teorias explicativas, como a teoria marxista ou a teoria biologista, tomarem-se demasiadamente à sério e erigirem-se em problemática e, portanto, em

explicação exclusivas dos fenômenos. A realidade deve ser vista sob diferentes ângulos que progressivamente se completam uns aos outros” (p. 119). Nestes termos discute até que ponto as tensões das sociedades européias foram aliviadas com a chegada dos imigrantes na América e, por outro lado, fatores — como a geografia, por exemplo — que deram margem à formação de novas tensões e seus efeitos sobre o direito, instituição, estruturas, forças e conjuntura das sociedades americanas. *Para uma classificação retrospectiva dos tipos de mobilidade geográfica nas Américas latinas (Annales de Démographie Historique, 1970, p. 97-118)* examina comparativamente os agentes e modalidades de movimentos de populações na América portuguesa e espanhola em três grandes fases: 1. — da descoberta à introdução da “máquina de vapor movel”; 2. — da “máquina de vapor movel” à guerra de 1914; 3. — da guerra de 1914 a nossos dias. No último capítulo, tendo em mente a distinção de Jaime Cortesão em relação ao português — colonizador — e ao espanhol — conquistador —, Mauro estrutura as origens e condições culturais, econômicas e sociais de evolução do sistema urbano entre espanhóis e portugueses. Ao final de *Preeminência urbana e rede urbana na América colonial* (a ser publicado nas Atas do XXXIX Congresso dos americanistas, Lima, agosto de 1970), dado o aspecto secundário assumido pela cidade no mundo americano português, estabelece um paralelo nesse sentido entre o Brasil, as colônias americanas e o Canadá francês, onde também as cidades não gosaram de importância comparável às da América espanhola.

TEREZA ALINE PEREIRA DE QUEIROZ

\* \* \*

TOLLENARE (Louis-François). — *Notes Dominicales Prises pendant un Voyage en Portugal et au Brésil en 1816, 1817 et 1818*. Presses Universitaires de France. 1971-1973. Tomo I. Portugal e tomo II Brasil. Recife. 633 pp.

Louis-François de Tollenare é um dos mais inteligentes viajantes franceses dos começos do século dezenove. Ele viveu em Pernambuco, esteve na Bahia e no Ceará nos anos de 1816, 1817 e 1818. Suas *Notas Dominicais* eram conhecidas por todos os estudiosos brasileiros desde o nosso primeiro historiador Francisco Adolfo de Varnhagen, que lhe dera o destaque merecido como uma fonte primacial para o estudo social, econômico, e político do Nordeste brasileiro. Ferdinand Denis e o nosso historiador usaram o documento, antes mesmo de sua publicação. Foi Alfredo de Carvalho, o erudito estudioso pernambucano, quem mandou copiar na Biblioteca de Santa Genoveva, em Paris, o texto original, traduziu-o e publicou-o na *Revista do Instituto Arqueologico Pernambucano* (março de 1904), precedido de prefácio de Oliveira Lima. Em 1907 e 1908 eram publicados nas Revistas dos Institutos Históricos da Bahia e do Ceará os trechos relativos aos dois Estados, reeditados em conjunto

na Bahia, em 1956. Foi, portanto, no Brasil, e em tradução portuguesa, que Tollenare foi primeiro publicado.

A nova edição contém inédita a parte portuguesa, que ocupa todo o primeiro volume; o segundo trata de Pernambuco; e o terceiro, a publicar, se ocupará da Bahia e do Ceará. A novidade desta edição consiste na maior fidelidade ao manuscrito, copiado e revisto pelos estagiários do seminário de pesquisa dirigido na Sorbonne pelo Professor Léon Bourdon [entre os quais se destacou André Mansuy, a quem se deve a edição francesa comentada da *Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas*, de Antonil, a mais importante obra sobre o Brasil dos fins do século dezeseite e começo do dezoito], na publicação integral do texto e na informação biográfica sobre o autor, compilada pelo próprio Professor Bourdon na sua Introdução.

Bourdon acusa a tradução brasileira de certas liberdades deploráveis, como a de deixar de lado passagens consideradas inúteis, e lastima a falta de comentários, que nesta edição são abundantes e se baseiam em pesquisas realizadas por ele próprio e seus discípulos em vários arquivos e bibliotecas da França, Portugal, Brasil, Londres e Washington.

Louis-François de Tollenare (Nantes 1780-Nantes 1853), comerciante e industrial de tecidos, veio ao Brasil para comprar uma carga de algodão no Recife. Esteve primeiro em Portugal durante quatro meses para se iniciar nos métodos comerciais em uso naquele país e nas suas colônias e para se familiarizar com a língua portuguesa. Chegou ao Recife aos 13 de novembro de 1816, e ali pretendia permanecer somente alguns meses fazendo as compras diretas de algodão, mas só retornou aos 24 de setembro de 1818. Durante esses dois anos, conheceu a elite intelectual, comercial e agrícola de Pernambuco, a vida econômica, as plantações de açúcar e do algodão, os engenhos, sua produção, os costumes e hábitos da sua gente, as leis, o clero, a organização militar, os impostos, a alimentação, as classes, os lavradores, os senhores de engenho, os escravos, os caixeiros, os comerciantes, e sobretudo pode dar sua versão da revolução de 1817, a primeira que tomou conta do poder, subjugando os portugueses. As *Notas Dominicais* terminam aos 24 de setembro de 1818.

Sustenta Bourdon que Tollenare continuou a redigir suas notas e que o resto, não publicado, está perdido. A sobrevivência do original se deve a ter sido emprestado a Ferdinand Denis, para uso no seu livro *Brésil* (1837), ele não o devolveu e foi encontrado entre os seus papéis, quando de sua morte em 1891. A edição Bourdon registra a variada bibliografia de Tollenare, escrita depois de sua volta do Brasil, estuda as fontes utilizadas na reedição das *Notas* e é rica de anotações eruditas ao texto. Tollenare era um homem nutrido na filosofia de Condillac e na economia política de Adam Smith. A edição original de sua obra, financiada pela Fundação Gulbenkian, representa um grande serviço ao estudo da história do Brasil.

\* \* \*

\*

CONRAD (Robert). — *The Destruction of Brazilian Slavery, 1850-1888*. Berkeley, University of California Press, 1972. 344 pp. Ilustrado. Índice.

Nenhum estudioso brasileiro da escravidão negra pode até hoje examinar a instituição do ponto de vista básico, que seria o do próprio escravo negro. A imensa maioria negra era analfabeta e não teve condições para deixar o seu próprio testemunho. Historiadores e antropólogos de cor têm estudado a instituição *post-mortem*, sem os testemunhos ou os documentos dos próprios escravos, e com pouquíssimos elementos dos libertos, cuja consciência esclarecida os levava à luta. A história do Brasil foi e continua sendo uma história de brancos, e de poucos mulatos e raríssimos negros. Mas houve sempre um filtro branco que permitiu que somente uma parte da verdade viesse à luz e não ferisse a consciência social.

Os historiadores americanos, especialmente os mais jovens, com a consciência despertada pela luta no seu país, vêm estudando muito bem o problema da escravidão no Brasil, quer como uma hipótese de trabalho em si mesma, quer para fins comparativos. Deve-se considerar, ainda mais, a grande produtividade da nova e jovem historiografia norte-americana sobre o Brasil para compreender porque tantos livros vêm tratando desta questão de efeitos tão duradouros no processo histórico-social-econômico brasileiro.

O Professor Robert Conrad, da Universidade de Illinois, acaba de publicar um livro, *A Destruição da Escravidão Brasileira*, que é excepcional pelo vulto da pesquisa, pela boa construção temática, e pelo caráter narrativo e interpretativo que soube unir sem dificuldade. Ele usou com bastante desenvoltura fontes essenciais que normalmente muitos esquecem, apesar da importância decisiva que possuem: *Anais* do Parlamento, *Relatórios Ministeriais*, *Relatórios de Presidentes de Província*, jornais, viajantes, documentos diplomáticos e relatórios consulares. Sejam quais forem as convicções ideológicas, o documentário é escrito por mãos brancas, e o encadeamento dos fatos e a sua interpretação estão marcados pelas concessões, pelos clamores, pelos desvarios da consciência branca.

Neste livro narra-se a história da instituição de 1850 a 1888. Bem planejado, as duas partes em que se divide estão bem equilibradas. Na primeira se estuda o período entre a supressão do tráfico negreiro em 1850 até o começo do movimento abolicionista, trinta anos depois. Ela contém um excelente estudo do comércio de escravos interprovincial e de seus efeitos no equilíbrio da escravidão como um todo no conjunto do país. Toda esta divisão visa, sobretudo, revelar a importância da escravidão na sociedade brasileira nesses anos

de 1850 a 1888 e as causas do rápido declínio durante estes trinta anos. A segunda parte examina o movimento abolicionista em várias regiões do Brasil, sobretudo no Ceará, Amazonas e Rio Grande do Sul, áreas não negras, e rejeita a tese de que São Paulo tenha estado na vanguarda do abolicionismo.

O livro compendia bem todos os sucessos e etapas da escravidão e do abolicionismo, e segue, de modo geral, a tese convencional de que os escravos são submissos, leais, e raramente recalcitrantes. Não se acentua, tal como na historiografia oficial brasileira, o caráter revoltoso da conquista da liberdade. O escravo aparece como tendo se adaptado às normas sociais brancas, em graus variados, e como tendo aceito sem protesto as reservas ao seu acesso social. O escravo é, então, um objeto de que o patrão põe e dispõe, e não o sujeito do próprio processo histórico, um fator ativo que ajudou a enriquecer o país, ou os senhores, e a criar formas sociais novas resultantes de um sincretismo cultural. Seu caminho próprio para a liberdade está obscurecido, porque não se tem levado em conta as inumeráveis rebeliões negras que abalaram o Império entre 1870 e 1888, como tentei mostrar no ensaio “Rebeliões Negras”, capítulo do livro *História e Historiografia* (1970). O livro é muito bom, bem documentado, rico de informações, de ilustrações, e com excelentes taboas estatísticas. Sua tradução seria um serviço aos estudos brasileiros.

JOSÉ HONÓRIO RODRIGUES

\* \* \*

\*

PINTO DE AGUIAR. — *Rui e a economia brasileira*. Fundação Casa Rui Barbosa. Rio de Janeiro, 1973.

De uma conferência pronunciada em 1962, Pinto de Aguiar fez, ampliando-a e documentando-a, um alentado volume de mais de 550 páginas, no qual analisa a ainda hoje discutidíssima atuação de Rui quando ministro da Fazenda do Governo Provisório. Acrescentou ao texto o material bibliográfico que serviu de base às suas afirmações que chegaram surpreender muitos dos que o ouviram

“o que demonstra o pouco conhecimento que há da obra de Rui, apreciado por vezes com parca investigação das fontes, ou sem situa-lo em função da época em que viveu; ou mesmo, sem uma análise global da sua atuação”.

Na verdade, Rui Barbosa é mais citado do que lido. Além da bibliografia, traz a obra um documentário de 269 páginas, o que nos leva a dizer que estamos frente a um vigoroso estudo acompanhado de forte documentação.

Poucos ensaístas teriam condição de escrever sobre o tema como Pinto de Aguiar, que apresenta em sua bagagem de escritor trabalhos importantes no

que tange à economia e às finanças nacionais, tanto do Brasil colônia como do independente.

Embora o enfoque do seu trabalho seja a política econômica e financeira desenvolvida por Rui durante os quatorze meses que foi ministro da Fazenda, o Autor nos apresenta uma análise histórica na qual estuda aspectos da nossa economia colonial, a questão do tráfico, o café, a nova estrutura demoeconômica, a reformulação institucional da independência, para, depois, falar' do ideário político do estadista baiano, na reforma bancária, na política monetária e fiscal etc. E conclui com um capítulo intitulado "crítica e defesa", para, finalmente, colocar em tela o julgamento da história, onde desfilam opiniões de João Mangabeira, Vieira Souto, Cincinato Braga, Ramiro Barcelos, J. Carlos Rodrigues, Oscar Borman, este quando escreveu o prefácio do vol. XVIII — *Relatório do Ministro da Fazenda, Obras Completas de Rui*.

Nestes dias em que acertadamente se valoriza muito o exame do documento, os textos reproduzidos na segunda parte do livro, com a análise da política financeira do Governo Provisório feita na primeira parte, são da maior utilidade para o estudo de uma época e julgamento de uma administração.

*BRASIL BANDECCHI*

\* \*  
\*

CUNHA (Euclides da). — *Os Sertões*. Edição didática preparada pelo Prof. Alfredo Bosi, cotejo e estabelecimento do texto pelo Prof. Hersílio Ângelo. São Paulo. Cultrix. Brasília. INL. 1973, 405 págs.

Otto Maria Carpeaux (1) evidenciou uma verdade até então ignorada ou despercebida pelos especialistas: se entre os escritores nacionais apenas Machado de Assis era mais estudado que Euclides da Cunha, quase tudo o que se referia a este era laudatório, sem exceção, elogioso. As condições trágicas de seu desaparecimento explicam, quem sabe, essa torrente de referências antes afetivas do que efetivas, de que apenas Sílvio Rabelo e outros poucos se livraram. Tanto isso é verdade, que, se hoje formos arrolar o fundamental nos estudos euclidianos, muito pouca coisa do material apontado por Carpeaux terá mantido inalterada importância.

A explicação dessa mudança de atitude parece-me encontrada no fato de nos vinte e poucos anos decorridos daquela afirmativa, especialistas bem representativos haverem tomado para si a pesquisa da obra euclidiana, fazendo com

---

(1). — Pequena Bibliografia Crítica da Literatura Brasileira.



que a dramaticidade de sua vida e de sua morte cedessem passo, como prioridade de enfoque, ao *escritor* Euclides da Cunha.

A mais recente comprovação dessa tomada válida e oportuna de Euclides está na edição Cultrix/MEC (1973) de *Os Sertões*. Modestamente chamada “didática” apesar de seu aparato crítico, foi preparada por Alfredo Bosi, da Universidade de São Paulo, com cotejo e estabelecimento de texto por Hercílio Ângelo, da Universidade Católica de Campinas.

Não se trata, insista-se desde logo, de mais uma edição comum do grande livro.

O texto, integral, abre-se com a *Introdução*, de Alfredo Bosi, de que constam cinco partes: Euclides da Cunha: vida e obras; *Os Sertões*: análise e interpretação das idéias; *Os Sertões*: o trabalho da linguagem; a leitura de *Os Sertões*, hoje; bibliografia básica. As informações são concisas e precisas. Pela novidade de focalização, merece destaque *O Trabalho da Linguagem*

“vê-se quanto a mediação literária se compôs para figurar a ideologia do inapelável” (p. 16),

em que recantos ainda não bem explorados do estilo euclidiano são examinados com surpreendente simplicidade e clareza. Para Bosi, o estilo da obra organiza-se mediante poucos processos retóricos, em primeiro plano a *intensificação* e a *antinomia*.

“A rigor, a linguagem descritiva e narrativa de *Os Sertões* move-se no universo semântico do *inelutável*” (p. 18).

Na conclusão da nota introdutória, Alfredo Bosi enfrenta com total realismo uma situação contemporânea, incontornável:

“Propor o estudo de *Os Sertões* aos estudantes de hoje não é tarefa muito fácil; e menos rendoso ainda se tornará o projeto do educador se ele insistir em apontar ao jovem somente aqueles traços da obra pelos quais ela não vai além de documento de seu tempo: a linguagem rebarbativa, o ângulo faccioso da visão. Se, ao contrário, forem escolhidas para leitura e análise as páginas de vigorosa mimese da Natureza e da História, e se acentuarem os momentos de tensão ética que não faltam ao longo do livro, então ficará plenamente iluminada a sua classicidade profunda” (p. 21).

Hercílio Ângelo justifica a sua tarefa no estabelecimento o texto da edição, que

“visa a mostrar claramente o valor social e humanístico da obra, reproduzindo fielmente o último texto emendado pelo Autor” (p. 23).

Antes de apontar as características da edição, nos campos da Fonética, da Morfologia e da Sintaxe, externa o desejo, de antemão alcançado, de que seu trabalho

“poderá servir como fonte de pesquisa aos estudiosos, enquanto aguardamos a indispensável “edição crítica”, com a qual não se deve confundir uma “edição didática”, apesar de fazer da fidelidade e da probidade o seu ponto de partida” (p. 23).

Muito condizentes com todas as finalidades propostas, inserem-se nesta edição quatro questionários a respeito da “Nota Preliminar”, de *A Terra*, de *O Homem* e de *A Luta*, provando-se mais uma vez a incompatibilidade entre perguntas objetivas (daquelas que se resolvem através de uma opção em forma de cruz) e a Literatura. Alfredo Bosi apresenta ao jovem leitor de *Os Sertões* algumas questões fundamentais, sem cuja exata compreensão de nada terá valido a leitura. Não posso deixar sem exemplos:

1. — “Por que a campanha contra Canudos teria sido, “na significação integral da palavra, um crime?”” (p. 30).
2. — “Localize e reproduza, com suas palavras, o parágrafo em que se descreve a queda das primeiras águas após uma longa estiagem” (p. 66).
3. — “Que frase transcreve Euclides para denunciar a brutalidade da escravidão negra nos tempos coloniais?” (p. 159).
4. — “Procure, nos textos que se propõem explicar o comportamento do Conselheiro, todos os termos peculiares à Psiquiatria” (p. 160).
5. — “Que significa, no contexto do quinto capítulo da Expedição Moreira César, este dito popular do Norte proferido pelo coronel Tamarindo: “É tempo de murici/cada um cuide de si?”” (p. 393).

São ao todo sessenta e três problemas que levam o estudante à reflexão, o que Sousa da Silveira chamou de *leitura integral*.

Muito mais se poderia dizer da “edição didática” de *Os Sertões*. Talvez no fato de que Alfredo Bosi e Hersílio Ângelo souberam motivar os mais moços na leitura da obra maior de Euclides. E essa motivação, felizmente, não se fez à custa da mutilação textual. Não se facilitou o infacilitável. Proporcionaram-se aos leitores, especificamente os das Faculdades de Letras, aqueles elementos esclarecedores que exigem em contrapartida o que permanece imutável em qualquer empreendimento sério: o esforço permanente do estudante, sua gradativa adesão à mensagem do autor. Só assim (trate-se ou não de Euclides), somando-se esse esforço e essa adesão, é que se pode contribuir para o aprofundamento da análise, para o amadurecimento intelectual do universitário brasileiro.

MÁRCIO JOSÉ LAURIA

\* \*

\*

FAUSTO (Boris). — *Pequenos ensaios de história da República. (1889-1945)*.  
In coleção “Cadernos” do CEBRAP, nº 10. São Paulo, 1973.

A bibliografia referente à história republicana brasileira é escassa e consiste em sua maioria em testemunhos e ensaios contemporâneos ou obras gerais que apresentam uma simples enumeração dos acontecimentos. Por esse motivo desperta grande interesse a publicação da presente obra que, apesar de se tratar da síntese de um vasto período, consegue se desvincular dos “fatos” em si, captando as realidades mais amplas que eles exprimem. Compõe-se de cinco capítulos que abrangem toda a Primeira República, a Revolução de 1930 e o Estado Novo, que são uma versão modificada de uma série de exposições feitas pelo autor no *St. Antony's College* de Oxford.

No capítulo introdutório Boris Fausto traça as linhas mestras da formação social e política brasileira durante a República Velha. O autor apresenta o golpe de 1889 como resultante da união de duas forças: exército e fazendeiros de café, que no período que se seguiu entraram em luta pela tomada do poder. Nesta luta triunfou a burguesia cafeeira que acabou por transformar as instituições estatais em instrumento dos seus interesses. Um exemplo claro desse fato foi a manutenção de uma política econômica que garantia a rentabilidade do setor cafeeiro apesar da crescente superprodução. São Paulo e Minas controlavam a presidência da República e o sistema se mostrava rígido às menores aberturas que permitissem ampliar as bases da representatividade. Por outro lado, os setores da classe média não possuíam um grau de articulação que lhes permitisse forçar essa abertura.

O segundo capítulo é dedicado ao estudo da crise política que surgiu no Brasil após a Primeira Guerra Mundial e se revelou, segundo o autor, em dois aspectos principais. Em primeiro lugar no descontentamento do exército em relação à posição secundária a que fora relegado na vida política nacional. Esse descontentamento se manifestou de forma mais violenta na campanha eleitoral de 1921-1922, quando os militares se associaram às tensões regionais. Com a vitória do candidato situacionista — Artur Bernardes — a luta entre o governo e as oposições tendeu entretanto a acalmar-se. À neutralização da dissidência regional e da cúpula militar seguiu-se o ciclo do tenentismo que produziu uma inflexão na vida política nacional e deixou uma influência persistente mesmo após ter desaparecido como movimento organizado em 1934. O segundo aspecto da crise revelou-se na insatisfação da população urbana, que tinha raízes em uma situação financeira que a atingia diretamente. Com a terceira operação valorizadora iniciada em 1921 o presidente Epitácio utilizou-se de empréstimos externos e emissões que foram responsáveis pela desvalorização do câmbio e inflação. É ressaltado ainda um terceiro aspecto: as tensões regionais da classe dominante que apareceram em 1922, abrandaram em 1926 para voltar à tona em 1929.

No capítulo relativo à Revolução de 1930, Boris Fausto tece algumas considerações já anteriormente apresentadas em seu livro: *A Revolução de 1930: Historiografia e História*. O desentendimento entre os grupos oligárquicos dominantes nos Estados é visto como o ponto de partida da articulação em torno de uma candidatura de oposição ao candidato paulista e da formação da Aliança Liberal. A fusão de três forças — oligarquia dissidente, tenentes rebeldes e setores descontentes da classe média — resultou no movimento vitorioso de outubro que veio quebrar os padrões tradicionais da nossa política republicana. O autor apresenta no mesmo capítulo um quadro sucinto da ordem instaurada com a Revolução realçando o conflito entre São Paulo e o Governo Central que culminou com o movimento constitucionalista de 32. Seguiu-se um período de “acomodação” em que o Governo acabou por chegar a um ajuste com os grupos locais que, embora derrotados, conservavam seu prestígio. Quanto ao modelo político instaurado com a Constituição de 1934, quando parecia que a democracia liberal tinha possibilidade de se instituir no Brasil, foi transitório. Entretanto, começa a se formar na sociedade a tendência à harmonização e o exército ia forjando gradativamente uma cúpula homogênea que teria um papel decisivo na adoção de um novo modelo e sua sustentação entre 1937 e 1945.

No 4º capítulo o autor estuda as origens da Aliança Nacional Libertadora, sua trajetória e a insurreição de novembro de 1935, cuja derrota deu alento à onda repressiva contra o movimento popular. Esse seria o início da “liquidação da democracia liberal”, realizada entre 1935-37, quando as tendências centralizadoras e autoritárias se reforçaram através de um processo em que as elites políticas regionais se submeteram ao poder do Estado e a cúpula militar completou a despolíticação das forças armadas. O desfecho do processo foi o Estado Novo implantado em 1937.

Finalmente, Boris Fausto faz uma análise geral das instituições do Estado Novo a partir da Carta Constitucional de 1937, da máquina do Estado e do poder de suas diferentes áreas, do poder pessoal do presidente e da própria ação do Estado: política econômico-financeira, política trabalhista e política externa.

SOFIA HELENA P. DE A. FERRAZ NUNES

\* \*

\*

TÁVORA (Juarez). — *Uma Vida e Muitas Lutas*. 1º volume: *Da planície à borda do altiplano*. Rio de Janeiro. Livraria José Olympio Editora. 1973.

O objetivo do livro é nos dar

“um depoimento desapaixonado sobre os desafios e incompreensões com que teve de defrontar-se, no Brasil, a minha geração”.

Não é obra, evidentemente, de um historiador, mas não resta dúvida da importância de seu depoimento para todo aquele que se dedique a estudar essa época, apesar das restrições que se pode fazer ao livro.

Insere-se no conjunto daquelas obras de memórias, inclusive de muitos de seus companheiros, como a de Agildo Barata (*Memórias de um Revolucionário*); Lourenço Moreira Lima (*A Coluna Prestes*); Nelson Tabajara (1924 — *A Revolução de Isidoro*); João Alberto (*Memórias de um Revolucionário*); João Cabanas (*A Coluna da Morte*) e outros.

O autor tem ainda mais oito livros publicados, sendo o primeiro deles *A guisa de depoimento sobre a revolução brasileira de 1924* (dois volumes), editado em 1927, e outras obras que mostram a influência de suas atividades civis como Ministro da Viação e Obras Públicas (1930), como Ministro da Agricultura (1933-34), como coordenador de várias autarquias subordinadas à Presidência da República (1954-55) e outras.

Para o presente livro, utilizou-se de fatos retidos na memória e consultas em bibliotecas e documentos, quando das lutas a partir de 22.

A oportunidade desta edição está no fato de que se refere a uma época da História do Brasil, que apesar de bastante abordada em vários estudos, merece ainda novas análises, que apresentem novas perspectivas. A década de 20 é de crise e vai preparar muitas das importantes transformações do período posterior, especialmente no plano político. Consolidam-se as novas camadas urbanas em torno do desenvolvimento do setor de serviços e da indústria, que embora incipiente, ainda, no final desse período já contribuía, para o total produzido pelo país, com cerca de 10% em bens como têxteis, calçados, móveis etc.

A maioria dos estudos realizados preocupam-se demasiadamente com os problemas políticos, mas há muito para se dizer ainda, a respeito da inquietação social do período, e a explicação do tipo conflito por oposição entre o elemento urbano e rural, ou burguesia contra oligarquia rural, é uma simplificação do problema.

O livro está dividido em duas partes, tendo cada uma respectivamente, quatro e oito capítulos. Ao fim do volume encontra-se um anexo, com cinco documentos. Além disso, há uma parte introdutória de ilustrações com fotos do autor em diversas épocas de sua vida.

A primeira parte, (*Caminhando na planície*), trata do período que vai do seu nascimento (1898) até 1922. Nos primeiros capítulos descreve o cenário de sua infância, na fazenda do Embargo, Ceará, e as pessoas de sua família. Ainda adolescente, por falta de recursos da família, vai morar com o irmão

Joaquim, já militar, e que viria a falecer quando da revolução de 24 em São Paulo, acompanhando-o por várias cidades brasileiras. Em 1914 volta ao Rio de Janeiro, e começa a frequentar a Escola Politécnica do Rio, cursos que faz até o 2º ano. Com a impossibilidade de continuar custeando os estudos nessa escola, entra em 1917 para a Escola Militar. Esta, na época, não apresentava condições para abrigar o número de cadetes que a procuravam.

“Lembro-me de que, por falta de capotes regulamentares para todos, alguns alunos, — sobretudo os do Sul — usavam capas “orientais” e outros abrigavam-se contra o frio enrolando-se em cobertores retirados de suas camas. Tais deficiências e defeitos contribuíram para uma queda sensível da disciplina” (pág. 85).

Entra, aí, em contacto com os professores da Missão Indígena, assim apelidada pelos cadetes, em contraposição à Missão Francesa, contratada pelos Governo Federal. Os estudos teóricos, conta-nos o autor, eram reforçados, mas o ensino prático era falho. Em 1919 termina o curso e inicia sua vida profissional.

A segunda parte do livro compreende, cronologicamente, os períodos de 1922 a 1930, e recebeu o título de *Na Escalada da Encosta*. No primeiro capítulo, conta o início do movimento de 22 no Rio, dando como ponto de partida as “malfadadas cartas” de Bernardes, insultuosas ao Exército. Segue-se a vitória de Bernardes, inesperada para os militares, que

“confiantes, talvez, em que o povo brasileiro teria a liberdade de vingar o seu Exército, repelindo, nas urnas, o candidato que o insultara” (...) (pág. 112).

Esse conflito criado entre o futuro presidente e as Forças Armadas levou ao endurecimento do governo de Epitácio Pessoa, o que culminou no fechamento do Clube Militar e a prisão do ex-presidente da República, Hermes da Fonseca.

Sobre sua adesão ao movimento de 22:

“Particpei, ativa e conscientemente, do levante militar de 5 de julho de 1922, feito como protesto contra os atos do Presidente Epitácio Pessoa, que considerava ofensivos à dignidade do Exército” (pág. 115).

Fracassa o movimento, e seus participantes são presos. Com a posse de Bernardes, são transferidos para a prisão da Escola do Estado Maior, juntamente com outros oficiais que sublevaram a guarnição do Mato Grosso. Nessa prisão gozavam de plena liberdade, como nos conta, pitorescamente, que durante o dia costumavam sair, voltando só a noite.

“Lembro-me, a propósito, de que, em meados de fevereiro, quando nos jornais da tarde anunciavam a concessão de *habeas corpus*, pelo Supremo Tribunal Federal, para todos nós, saía eu

de cinema então existente na Avenida Rio Branco (...) (pág. 124).

Mas o governo de Bernardes foi duro com os revoltosos: os crimes não seriam apenas contra a autoridade constituída, mas sim contra a Constituição e o regime do país; a pena, portanto, seria maior e implicaria na perda de patente e exclusão do Exército. Muitos militares decidiram desertar, e vão especialmente para o Sul, onde já se iniciara uma conspiração contra o governo. A situação política era de crise: Bernardes cumprindo sua vingança, ia interferindo em cada um dos Estados que lhe fizera oposição. Consegue com o Rio Grande do Sul o acordo de Pedras Altas, e em março de 24 ataca o último dos situacionismos locais — o da Bahia.

Nesse momento, pensou-se em antecipar o movimento em preparação, mas o projeto foi adiado por indecisão e resistência de algumas guarnições. Parece que a conspiração desanima: Nilo Peçanha falece; e o major Bertoldo Klinger, importante peça para a eclosão revolucionária, passa para o lado do governo. Novas modificações nos planos: o movimento eclodiria em São Paulo, centro econômico do país, e onde se esperava um sucesso mais fácil, devido ao apóio, especialmente, de Miguel Costa, comandante da Força Pública (cap. 1).

O movimento em São Paulo (Cap. II — *Em Pleno Vendaval*) já se inicia fracassado: além das indecisões dos chefes quanto ao dia e hora da eclosão, incerteza quanto às várias colaborações que esperavam, o Gal. Isidoro atrasou-se na sua chegada em 12 horas,

“o que transtornou consideravelmente a execução do movimento (...) e uma série de desencontros que impossibilitaria a execução da segunda parte do levante” (pág. 140).

A explicação para o insucesso, o autor nos dá na incapacidade de ampliar a área de ação dos revolucionários, impossibilitados de ocupar pontos estratégicos da cidade... A 20 de julho retiram-se de São Paulo, e inicia-se a marcha para oeste do Estado, e depois para o sul. Com abundância de detalhes descreve todos os passos da Coluna Paulista até o Sul, onde encontram um movimento em andamento e vários oficiais da revolta de 1922. Após novo fracasso, inicia-se a Grande Marcha, uma espécie de guerra de movimento que Prestes iniciara no Sul, e que iriam continuar através de todo o Brasil. Com a prisão do autor em Terezina, encerra-se esta parte, após quase nove meses de peregrinação. Em 1926, encontra-se preso na Ilha Trindade, aonde permanece até o término do mandato de Bernardes, nesse mesmo ano. Com o fim do estado de sítio, a imprensa passa a contar os episódios que agaçaram o país, e capítulos de seu livro *A Guisa de Depoimento* são publicados em jornais do Rio de Janeiro e de São Paulo.

No capítulo IV (*Do Homígio ao Exílio*) trata do seu período de fugitivo, entre 1927 e 29, trabalhando como oleiro no Rio de Janeiro, como “comercian-

te” em Buenos Aires, enquanto, por exemplo, Miguel Costa mantém uma granja nessa cidade, e Prestes é engenheiro de uma firma em Santa Fé. Nesse convívio amadurece novamente a idéia de uma revolta, e em 1929, são iniciados os primeiros entendimentos com os velhos políticos que formavam a Aliança Liberal. Távora volta ao Brasil nesse mesmo ano, para preparar o movimento, e entra em contacto com os líderes civis. É novamente preso, e mais uma vez consegue evadir-se, e, como encarregado da organização do movimento no Norte, para lá se dirige.

Prestes era o chefe dos tenentes, mas desiste de apoiá-los na revolta que fariam juntamente com a Aliança Liberal, e escreve um Manifesto explicando os motivos. Para o autor, isto foi um golpe, porque como diz

(...) “famos fazer a revolução em seu nome e sob o seu comando” (...) (pág. 355).

Faz uma réplica ao Manifesto, numa carta enviada a Prestes. Mostra bem o espírito das idéias liberais dos tenentes: quer uma revolução, mas que não rompa as bases da sociedade.

“Admito que, num país de 8,5 milhões de km<sup>2</sup>, se forneça terra gratuita a quantos quiserem lavrá-la. Mas discordo de que seja preciso confiscar o latifúndio honestamente adquirido...”

é nacionalista, reconhecendo a atividade do capital estrangeiro, mas

“penso, a propósito, que os ingleses e os americanos não tem culpa de que os nossos governos tenham andado a pedir-lhes esmolas”.

Defende o direito dos proletários, mas não quer um governo exclusivo em nome deles.

“Prefiro um governo de gente esclarecida e honesta, estabelecido em nome de todas as classes, capaz de regular, imparcialmente os interesses de cada uma delas” (págs. 208-209).

Após essa carta, abre-se uma polémica com Prestes até a ruptura definitiva entre os dois. O autor faz um manifesto de réplica, nos mesmos moldes da primeira carta. Baseia-se principalmente na obra *A Organização Nacional*, de Alberto Torres, onde propõe uma reforma da Constituição. Enfatiza que as causas dos males do país não estão nos homens, ou no “ambiente vicioso” em que vivem, mas sim na prática defeituosa de uma Constituição divorciada das realidades da vida nacional (pág. 350). O mal do Brasil é a corrupção política, contra isso não se pode esperar uma evolução legal. Mas essa revolução que preconiza, não pode ser levada a efeito por uma massa de proletários, camponeses, porque a ela faltam os atributos necessários para conseguir realizar qualquer movimento. A revolução não é privilégio de uma classe, mas deve haver em suas fileiras lugar para o



“comunista extremado, o anarquista, o socialista, o revolucionário moderado...”.

Podemos salientar que, esse não era o pensamento dos chefes do movimento de 24, quando repelem a adesão de operários paulistas, através de seus sindicatos, temendo que houvesse uma radicalização do movimento.

O Manifesto não foi assinado, como pretendia, por todos os companheiros de luta. Enquanto isso, Prestes pretendia tornar público os seus entendimentos com a Aliança Liberal, o que poderia levar a denúncia das atividades sigilosas da conspiração. O autor escreve-lhe um telegrama e uma carta pedindo para não comprometer os companheiros com essa atitude. A resposta de Prestes é violenta, e Juarez escreve-lhe longa carta, (inédita), que encerra essa polêmica (pág. 355). Explica o que os tenentes pensavam a respeito da Aliança Liberal, que galgava o poder a custa deles, mas

“nós cobraríamos como preço do nosso sacrifício, a execução... do nosso programa de restauração nacional”.

A carta toca nos mesmos pontos já salientados anteriormente, e acrescenta que considera o comunismo absolutamente inviável para o nosso país.

“As razões disso”? Não as sei dizer. Talvez influência da educação católica, talvez incompatibilidade ingênita da própria raça... Mas o fato positivo, certo, incontestável, é que essa repugnância do nosso povo, pelo comunismo, existe”.

Antes dessa última carta a Prestes, escrevera ao Tenente Joaquim Monteiro, da chefia da Bahia, para tranquilizar os companheiros. Importante notar que o reconhecimento de que sem a ajuda material e humana da Aliança Liberal não haveria possibilidade do movimento, apesar de saber das dificuldades que teriam, quando no poder, para tentar colocar as idéias mais “radicais” dos tenentes. O fim do movimento seria o estabelecimento de uma ditadura. Mas o mais importante não é escolher o homem mas erigir um programa, uma diretriz, que tudo se resolveria depois. Em certo momento o autor se redime dessas idéias:

“Confiava, então, demasiadamente, na força disciplinadora dos programas”... (pág. 277).

Mais desalentos para a conspiração: Borges Medeiros recua no seu auxílio à revolta; Osvaldo Aranha demitiu-se da Secretaria do Interior do Rio Grande, e João Alberto, que substituiu Prestes na chefia militar, retira-se para Buenos Aires. Um fato novo vem aumentar a tensão: o assassinato de João Pessoa. Em outubro de 1930 eclode a revolta. Os capítulos finais tratam da preparação e execução do movimento no Norte, com todos os detalhes. A revolução é vitoriosa, após oito anos de lutas: é a chegada “à borda do Altiplano”.

A linguagem é clara, precisa, sabe descrever, sem cair em pieguismos, a sua meninice no Embargo e o perfil das pessoas com quem conviveu nesse

período; mas em certos momentos o estilo se torna cansativo, chegando mesmo a aborrecer o leitor, quando conta, detalhadamente, as caminhadas que sucedem à retirada de São Paulo, até a formação da Coluna Prestes, as lutas que foram travadas no interior do país, as dificuldades do terreno etc. É, entretanto, evidente a sua preocupação em amenizar os relatos factuais, com lembranças de pequenos acontecimentos, muitas vezes sem graça e sem propósito, e também as menções que faz a sua vida social.

Quanto ao conteúdo, o autor ainda explica o movimento de 22 em torno das cartas de Bernardes. Apesar de ter um caráter um tanto romântico, o movimento expressou uma inquietação social mais profunda do que uma simples questão de cartas insultuosas. Poderia ter se aprofundado mais nas relações Exército-Governo Federal, através de suas lembranças, visto que isso é importante para a compreensão das origens do tenentismo. Sua explicação para o engajamento na revolta é simplista demais: não participou de nenhuma das reuniões preparatórias, mas entrou nela porque o Exército merecia “um tal sacrifício”. Para o levante de 24 dedica apenas três folhas, embora reconheçamos que não deve ter sido sua intenção se alongar neste período, já que tem um livro específico sobre o assunto. Mas a nossa crítica é, que perdendo espaço com casinhos sem importância, em diversas partes do livro (págs. 16, 17, 49, 71, 98, 104 etc...) poderia tê-los substituído por outros assuntos.

Quando trata da Grande Marcha, nunca se refere à Coluna Prestes com esse nome como ficou conhecida, mas sempre de Divisão Revolucionária ou Coluna, talvez por nunca ter se referido da desilusão que lhe causou o recuo de Prestes. Não nos dá ainda, um relato das condições de vida dos participantes, como era a convivência entre aqueles homens. Não faz referência, ainda, a maneira como as populações recebiam a Coluna, a não ser em alguns casos isolados como em Carolina (Maranhão), ou quando de sua prisão em Terezina. Quando do 1º aniversário da revolta de 24, estando eles na cidade goiana de Rio Bonito, tendo sido designado para discursar em nome de todos, não nos conta qual foi a reação do povo ao ouvir seu pronunciamento. Conta, isto sim, comentários maliciosos de seus companheiros a respeito de sua aparência física.

Notamos que o autor faz poucas referências aos seus companheiros de lutas. Quase não cita um Miguel Costa, Joaquim Távora, João Alberto, Siqueira Campos e outros. Somente a Prestes dedica mais espaço, mas só para comentar sua atuação em 30, quando do Manifesto, mas não antes, na Coluna Prestes. Mesmo no período que passou em Buenos Aires, convivendo com outros exilados, não relata nada a respeito do encaminhamento da conspiração de 30, o que se discutia, qual era o pensamento dos tenentes naquele momento, preferindo, ao contrário, narrar casos sobre almoços fracos, queixas de falta de comida etc. No entanto, dedica ao ex-presidente Costa e Silva, em dois momentos, quase uma página inteira, quando sua participação nos movimentos da época foi muito menor do que de qualquer um daqueles citados acima.

Há ainda um engano, quando tratando da revolta em São Paulo, (pág. 132), diz que Miguel Costa era fiscal do Regimento de Cavalaria da Polícia Militar do Estado, quando aquela corporação só muito recentemente recebeu esse nome, sendo antes chamada Força Pública.

Em comparação ao seu primeiro livro, *A guisa de Depoimento*, este segundo sai perdento. Aquele é muito mais amargo, sofrido, publicado que foi logo após a desilusão de 24 e da Coluna Prestes. Enquanto este, distanciado no tempo, descreve os fatos sem aquele calor de quem realmente os viveu, e que se espera numa obra de memórias.

O valor do livro está particularmente nos documentos anexados, apesar de serem apenas cinco; entretando, essa parte poderia ter sido ampliada. Representando sua visão atual sobre os acontecimentos da época de lutas, deve ser, portanto, encarado com certas reservas. Sua participação nos movimentos, desde o início, ele as apresenta desesperançada. A propósito das cartas de Bernardes, nos diz que

“melhor teria sido para o país e para o próprio Exército, que uma tal retratação houvesse encerrado o incidente”.

Ou quando nos revela a decepção de ver transformadas em realidades aquelas esperanças de renovação democrática, quando do momento da vitória da revolução de 30. Confessa, ainda, a determinação de nunca mais participar de movimentos militares, para corrigir, pela força, os desvios do poder público.

DOROTÉA M. KEN

\* \* \*

CARONE (Edgard). — *A Segunda República*. São Paulo. Difusão Européia do Livro. 1973.

Reunindo uma coleção de textos básicos e documentos, a recente publicação *A Segunda República* (1930 à 1937), é continuação do trabalho anterior do Autor, *A Primeira República* (1889 à 1930), e surge como resposta concreta, um guia de orientação àqueles que pretendem melhor conhecer o período.

Na *Introdução*, Edgard Carone diz que a época republicana, não obstante dispor de uma documentação bastante vasta, não tem sido suficientemente analisada. É enfocada quase sempre de maneira simplista, unilateral e portanto distorcida:

“O prático desconhecimento dos fatos entre 1930-1937, para não dizer 1930-1945, faz com que os estudiosos — economistas sociólogos e historiadores — prefiram “englobar” suas opiniões, tornando-as genéricas, o que os leva a afirmar que a “indústria

brasileira nasce com a revolução de 1930”; 1930 assinala “o predomínio da indústria sobre a agricultura”; o “getulismo é força principal em todo este período” etc. Estes conceitos vagos confundem os problemas, pois neste momento de transição as questões são complexas e exigem análise acurada, no geral e no particular” (pág. 5).

A obra analisada coloca-nos à disposição uma série de documentos que poderíamos dizer “falamos por si”, no sentido de se contrapor a muito do que tem sido escrito até o presente. A forma como estão os textos organizados parece se constituir em instrumento de prevenção aos pesquisadores, na medida em que, ao lhes apontar concretamente a complexidade do período, exige-lhes maior reflexão e uma nova atitude.

É evidente que o simples basear neste tipo de trabalho não leva a uma atitude científica, pois os fatos falam, mas não se explicam. O nível de objetividade em muito depende dos pontos de referência adotados pelo investigador. Contudo, somente a partir de uma criteriosa seleção, e esta parece não deixar dúvidas; é possível extrair um nível objetivo de explicação das relações entre fenômenos.

Uma crítica comum que se faz a livros de textos é que o mesmo *deve conter apenas textos*. Que interpretações à base de “introdução”, “notas de rodapés” ou “elementos explicativos” ferem os pressupostos de objetividade desse tipo de publicação. *Discordamos*: 1º) — por perceber que a interpretação já está contida na escolha e até na delimitação dos trechos dos documentos; 2º) — interpretações não significam necessariamente ausência de rigor e de objetividade científica. Trata-se de uma visão antiga decorrente de comparações entre ciências humanas e exatas, em que se acentuava a eliminação da subjetividade pessoal. A visão moderna acentua a importância de tal subjetividade como ponto de estratégia para o conhecimento; 3º) — a validade científica da utilização de seletas, como de qualquer outra obra está num tipo de relação entre o pesquisador e o elemento estudado. Ao se extrair uma explicação das relações entre os fenômenos, com base nos documentos, deve-se ter em conta a própria posição do autor da seleta. Cabe ainda analisá-lo como produto de uma situação social concreta, qual o seu ponto de partida e quais os critérios adotados.

A obra de Edgard Carone é elaborada em três partes: *Sistema Político, Economia e Classes Sociais*, sendo esta última a mais extensa de todas e vista somente através de suas formas ideológicas.

Na *Introdução*, o próprio Autor, em grossas pinceladas, traça o desenvolvimento e relações dessas partes, ponderando sempre que as mesmas não esgotam o período.

Cada texto é epigrafado com uma síntese explicativa; servindo de quadro de referência ao leitor. Remata o livro, uma parte de *Notas* no final, em que

é feita uma breve apresentação dos textos, e o Autor nos dá conta das fontes de onde retirou os originais. Aqui, justamente por reconhecermos que alguns textos são de difícil acesso, pensamos que a obra nos seria completa se contivesse uma indicação mais pormenorizada, dos locais onde os textos podem ser encontrados.

Destacamos como ponto de nosso maior interesse, a parte referente à *Classes Sociais*, por se encontrarem nesta fase bastante diversificadas e expressarem a dinâmica do período, isto é, aqueles fenômenos de aproximação e distanciamento entre as camadas, grupos no espaço social.

A proposição do Autor é estudar essas camadas, grupos que estão sendo formados em suas manifestações conjuntas. Isto porque apesar das alterações, ainda existe identificação entre os setores agrários e urbanos, ambos partilhando uma origem comum. A queda das velhas oligarquias não são seguidas automaticamente pelo domínio da nova oligarquia. Uma comprovação é o ressurgimento do Partido Republicano Paulista, que assinala a presença do partido em 1931-1932.

“O Partido Republicano Paulista, que só na vontade popular tem procurado o norte das suas diretrizes, sente-se no dever de quebrar, hoje, o deliberado silêncio a que se recolhera, para definir com precisão a sua atitude neste decisivo momento da vida nacional. É pelo regime constitucional. É pelo regime republicano. É pelo regime federativo . . . . . Volta ele, assim, após tantos meses de voluntário retraimento, ao exercício normal dos seus deveres cívicos, que nunca desamparou . . . . . Reenceta, pois, a sua atividade como a começou, há mais de sessenta anos, isto é, batalhando com denodo pela democracia e pela República, sem prejuízo da união, da concórdia e da paz entre todos os brasileiros” (pág. 196).

Por outro lado, a formação da Liga Eleitoral Católica (1933), o Centro Dom Vital e outras organizações indicam a forma do emergir político da Igreja. A “Carta Pastoral”, de 25-12-1931 ao opinar sobre os três males que afligiam o país; o enfraquecimento do princípio de autoridade, a carência de lei constitucional e a infiltração comunista, transmite a posição política dessa Instituição. Mesmo na prática, sua atuação permanece crítica.

“Podemos, pois, recapitular e concluir que o Brasil é hoje um país, onde, combatido o princípio de autoridade, mais domina a força que o direito; um país sem constituição, que, entregue ao poder discricionário dos seus governantes, pode facilmente descambar para o absolutismo; um país, enfim, que depauperado na sua economia, acha-se francamente exposto à invasão deletéria do bolchevismo e da anarquia” (pág. 204).

No documento sobre “A Questão Social no Brasil”, vemos como o tema é encarado na época, nos indicando a postura dos representantes do comércio e indústria:

alg

“Não há classes sociais no Brasil. Os operários de ontem são os chefes de indústrias de hoje. Na Europa o indivíduo nasce operário e morre operário. No Brasil, se ele for ativo, inteligente e previdente consegue uma posição abastada. Na Europa há luta de classes. No Brasil não existe...”

“O que nós temos no Brasil é um *melting pot*, um vasto cadinho em que tudo está em fusão e transformação permanente, em que ninguém sabe o que vai resultar desta ampla fermentação, que é o progresso intenso e que nos vai dar uma civilização grande como a americana, mas de tendências raciais, sociais e intelectuais muito diferentes. Talvez venhamos a ter a raça cósmica, isto é, fruto da combinação de todas as raças que habitam o universo” (págs. 208-209).

Dois outros textos, o discurso de Armando de Salles Oliveira, em São José do Rio Pardo e o Manifesto da União Democrática Brasileira, revelam num só tempo a fermentação do momento histórico e as possíveis direções desse processo. Tentativas de conciliações de dois pares antitéticos: federalismo e maior poder do executivo ou federalismo com modelos fascistas. Parece diretamente proporcional: quanto mais se falam dos problemas típicos e característicos brasileiros, que devem ser tratados dentro de suas fronteiras, mais aparecem soluções nos programas de partidos apoiados em modelos externos:

“Os sentimentos regionais não são manifestações de orgulho dos Estados mais ricos: existem com igual vigor em todos os pequenos Estados. Não constituem rivalidades que enfraqueçam, mas saudáveis emulações que robusteçam a nação. Além disso, todos sentem as vantagens do sistema descentralizado que, pondo o poder público em contato direto com as necessidades coletivas, dá maior eficácia à administração, simplificando-a e nela introduz todas as gradações da hierarquia, a disciplina, a competência e a responsabilidade.....

Dando um concurso decisivo para a instituição da República e proclamando-a sob a forma federativa, o nosso Exército, principal instrumento da unidade nacional, também reconheceu que unidade e federação, no Brasil, são idéias inseparáveis.....

Mais uma vez afirmo a minha convicção de que o regime presidencial é o mais adequado para o nosso país. Por meio dele se conciliam o Estado forte e a organização democrática.

A lembrança dos abusos do passado e do funcionamento vicioso do antigo regime deixa hesitantes muitos espíritos sempre que se fala em dar ao executivo novas atribuições que lhe permitam reagir com vigor contra os ataques extremistas...”

vejamos ainda:

“Nós não necessitamos colher na panóplia internacional a arma mais eficaz para o combate contra as investidas bolchevistas. Se cometessemos o erro de apelar para o regime totalitário, não apagaríamos as esperanças das ambições comunistas que espreitam o Brasil. A centralização traz o germe da morte inevitável: atirando o país, mais cedo ou mais tarde, na guerra civil, conduziria à desagregação.....

..... Peçamos à Itália, à Alemanha e a Portugal os poderosos métodos de propaganda por meio dos quais levaremos aos últimos recantos do país a palavra de união e de fé em

volta da bandeira da Pátria. Imitemos dessas admiráveis nações a exaltação patriótica, o espírito de renúncia, a força de organização, a capacidade renovadora. Conservemos, porém, a nossa roupa, permaneçamos brasileiros...” (págs. 213, 214 e 215).

Enquanto Armando de Salles Oliveira prepara a sua candidatura presidencial, Getúlio Vargas, os integralistas e parte da burguesia articulam o futuro Golpe de Estado de 10 de novembro de 1937.

Os oitenta documentos apurados em *A Segunda República* são, a nosso ver indispensáveis a tantos quantos desejam saber de nossa História contemporânea. Isto porque, permitem-nos chegar às raízes de determinados problemas persistentes até nossos dias, com seus efeitos multiplicadores.

Ao nível da pesquisa também torna-se uma obra de leitura obrigatória, na medida em que: 1º) — sugere a possibilidade de um exame mais profundo e de uma tomada de consciência mais ampla das interconexões — entre as situações e as idéias — tais quais são propostas na própria divisão do livro — *Sistema Político, Economia e Classes Sociais* em suas configurações ideológicas; 2º) — parece ser assunto praticamente indiscutível a existência de uma zona de “pensamentos perigosos” em qualquer momento do devir histórico, em qualquer Sociedade. Mesmo com o passar do tempo, investigações nessas zonas são mais ou menos limitadas ou interpretadas errôneamente. Alguns textos mais desconhecidos, precisam ser analisados, a fim de serem integrados num contexto de explicação total; 3º) — exige do pesquisador para a compreensão das tramas políticas, das divergentes formas de pensamento afluidas nos documentos — um estado de espírito independente.

CLEIDE DE OLIVEIRA VILÃO

\* \* \*

\*

VIEIRA (Francisca Isabel Schurig). — *O japonês na frente de expansão paulista; o processo de absorção do japonês em Marília-São Paulo*. Pioneira e Editora da Universidade de São Paulo. 1973, 272 págs. Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais. Antropologia.

O trabalho da profa. Francisca Isabel Schurig Vieira, resultou de pesquisa realizada na cidade de Marília, Estado de São Paulo, no período de junho de 1966. Escrita inicialmente para tese de doutoramento apresentada em setembro de 1967, foi acrescida das sugestões da Comissão Examinadora de Doutorado, e desta forma, publicada. O presente trabalho aborda os problemas da imigração japonesa no Brasil, mas especificamente na cidade de Marília. Dividindo a obra em duas partes, a autora considera, na primeira os problemas relativos ao imigrante nipônico: inserido no desenvolvimento capitalista do

Japão, dos fins do século XIX e inícios do século XX; a imigração em relação à introdução da atividade cafeeira e as transformações do sistema de trabalho rural; e finalmente, o imigrante japonês em relação ao avanço da frente de expansão no oeste paulista, nas primeiras décadas do século XX. Na segunda parte, o grupo étnico japonês considerado em Marília, com relação a seu *modus vivendi*, processos de absorção, e redefinição de orientação no grupo étnico.

Quando a corrente migratória japonesa dirigiu-se ao Brasil, no início do século, já existia no Japão uma longa tradição de migração. A autora confronta as épocas Tokugawa e Meiji na história japonesa, sendo que nesta última desenvolvem-se as principais características do capitalismo japonês: expansão dos empreendimentos estatais, controle e assistência do Estado, desigual distribuição de impostos, acentuada exploração sistemática dos camponeses em favor da modernização do setor não agrário da economia. Como consequência, a acentuada urbanização, aumento e redistribuição da população japonesa acarretando a intensificação do caráter migratório. A emigração japonesa para o Brasil, se fez através de companhias de emigração particulares, mas este tipo de empresa particular já havia promovido a imigração japonesa, como no Hawaí e Perú. A primeira leva de imigrantes chegou ao Brasil em 1908, trazida pela *Kokoku Shokomin Kaisha*. O governo do Estado de São Paulo comprometeu-se a subvencionar parte do transporte de imigrantes. A partir de 1923, o Brasil tornou-se, praticamente o único país onde o imigrante japonês era ainda recebido; e o governo japonês passou a interessar-se diretamente e a dar o seu apóio à ação das Companhias de Emigração, incrementando e subsidiando a vinda de trabalhadores japoneses. A partir de 1925, o Brasil é para o Japão não apenas o único país recebedor de imigrantes, mas também mercado potencial de investimentos.

A partir de 1925, a migração adquire aspectos politicamente orientados, através da ação da K. K. K. K. órgão executivo da política migratória japonesa. No Brasil, por sua vez, surgem Companhias de Colonização, encarregadas de organizar e desenvolver núcleos planejados de colonização. O capital japonês não é apenas aplicado nos setores agropecuários, mas a partir de 1935, também nos setores comercial e industrial. O Brasil passa a ser o principal mercado exterior para investimentos japoneses. Em 1927, foi fundada em Tóquio a Federação das Associações Ultramarinas, que teve como órgão representativo na cidade de São Paulo, a Sociedade Colonizadora do Brasil (*Yugen Sekinin Buraziru Takusyoki Kumiai*) conhecida pela abreviatura BRATAC. Depois de 1935, a taxa de imigrantes vai cair devido ao regime de quotas aprovado na Constituição de 1934. Com a declaração de guerra do Brasil aos países do Eixo, em agosto de 1942, a imigração cessa completamente. Na segunda parte do livro, a autora reporta-se bem à esta época ao considerar os movimentos *Shindo-Remmei* e *Dai Nippom Kokumin Zen Ei Tai*, surgidos com a derrota do Japão, que vão dividir a colônia japonesa no Brasil, entre os que acreditavam ou não na realidade da rendição japonesa.



Ainda na primeira parte, encontramos a expansão japonesa ligada à expansão cafeeira no Estado de São Paulo, e à construção das primeiras ferrovias de ligação. Finalizando, a autora considera que até 1941, os imigrantes da Alta Paulista, estavam fortemente orientados para o Japão: “êxito rápido e volta à terra natal”, como também pelo tipo de produção agrícola, estimulada e amparada pelo capital nipônico e destinada ao Japão. A guerra, entretanto, vai ocasionar uma reorientação desta política levando ao aparecimento de fortes tensões intergrupais.

Na segunda parte do trabalho da profa. Francisca Schurig, o grupo étnico japonês é considerado essencialmente na cidade de Marília, utilizando-se a autora, na maior parte de testemunhos e depoimentos obtidos em sua pesquisa de campo. Os japoneses são aqui designados, compreendendo, não só os imigrantes, mas também seus descendentes, visto ser impossível estabelecer-se, socialmente, tal distinção. A primeira consideração a ser feita é sobre a nítida separação entre os imigrantes provenientes do arquipélago nipônico e os okinawanos das ilhas Ryukiu, estabelecendo-se uma flagrante inferioridade destes últimos. É feita a distinção entre as três gerações de imigrantes: *isseis*, a primeira geração no exterior; *nisseis*, a segunda geração, dos já nascidos no Brasil e *sanseis*, a terceira geração. A autora ocupa-se somente das duas primeiras, visto não terem os *sansei*, importância do ponto de vista sociológico, no campo considerado, que é a cidade de Marília. Uma terceira dicotomia é feita dentro do grupo étnico dos japoneses, entre os imigrantes de antes da guerra e os seus descendentes, e os “Japão Novo”, que chegaram ao Brasil depois da guerra. A oposição aos “Japão Novo” é mais violenta entre os *nissei*, e isso revela não apenas um maior grau de identificação com a sociedade nacional, mas é sobretudo um índice de mudança no sentido dos valores e padrões brasileiros; o que, não apenas os afasta do “Japão Novo”, como também provoca a mesma repulsão por parte destes.

Alem disso, é preciso considerar a diferença encontrada no seio da colônia japonesa, entre os japoneses da zona rural, chamados de “jacús” e os japoneses da cidade. O grupo *eta*, originariamente de “casta” inferior, dedicava-se originariamente ao comércio do couro e da carne, consideradas ocupações degradantes. Hoje, é praticamente impossível localiza-los socialmente. Tanto os *issei* como os *nissei*, atribuem estas diferenças à fatores externos, e não aos ocorridos, implicitamente no seio dos próprios imigrantes.

Com relação às concepções de tempo e espaço entre os membros do grupo étnico japonês: os japoneses de Marília relacionam-se, num círculo crescente, com os da Noroeste Paulista, Sorocabana, Norte do Paraná, com os da Capital, depois, com os de Mato Grosso e finalmente de outras regiões do Brasil. Estas relações ligam-se a atividades culturais, recreativas, esportivas, religiosas, fora aquelas de parentesco... Com relação ao tempo: para os japoneses voltados para os valores e orientação tradicional, e entre os quais prevalece pequena iden-

tificação com a sociedade nacional, há uma continuidade preservada entre o presente e o passado, o que define o indivíduo como membro do grupo étnico. O presente e o passado estão estreitamente interligados e projetam-se no futuro, num tempo estruturalmente cíclico-progressivo. Os problemas relativos à melhores condições de vida, por exemplo, vão sendo considerados com relação à gerações seguintes e não mais à primeira geração, aos velhos, como se verificavam obrigatoriamente no seio da colônia japonesa. Com relação aos casamentos mistos, aos quais a autora se reportará, adiante, veremos o abandono da casa paterna, reforçando o nascimento desta nova mentalidade em relação ao tempo, no grupo étnico de Marília. Concluindo, as noções de espaço e tempo, estão estreitamente ligadas ao processo de absorção dos japoneses e, a existência de diferentes ordenações de tempo e espaço, reflete alterações na orientação dos membros do grupo étnico.

Conclusões sobre a constituição do grupo étnico japonês em Marília: maior dispersão institucional na esfera econômica, maior escala de escolha individual implicando num maior grau de independência pessoal; a ocupação se divorcia cada vez mais da família, tornando-se ocupação de um indivíduo; embora todos os filhos contribuam em casa até o casamento, essa contribuição advém do salário obtido de cada indivíduo fora da família e não é produto do esforço comum de todos os membros da família, dedicados a uma atividade comum; enfraquecimento da autoridade paterna.

Encontramos, a seguir a organização da família e o processo de absorção do japonês. Desde o início da imigração japonesa para o Brasil, foi estipulado que os imigrantes deveriam entrar em famílias, com pelo menos três membros úteis para os trabalhos agrícolas. Como esta exigência nem sempre podia ser satisfeita, levou-se à constituição de “famílias compostas” (*kosei-kazoku*, ou *keishiki-kazoku*) “para satisfazer ao mesmo tempo, às exigências legais e à necessidade de reduzir as despesas de viagem”. Por outro lado, no seio das famílias japonesas, a hierarquização era consubstanciada em três princípios: os homens são superiores às mulheres, os mais velhos aos mais jovens, os nascidos na família aos que vieram de fora. É nas zonas rurais do Japão, nos reporta a autora, que as famílias mais se aproximam dos padrões ideais do sistema familiar japonês. A ausência de filhos do sexo masculino, ou na inexistência de filhos aptos à sucessão, era possível recorrer-se à adoção legal de um noivo (*mukoyoshi*) para a filha do casal. O sistema *yoshi*, previsto no Código Civil, resolvia casos em que o princípio da primogenitura não podia funcionar. Concluindo, pode-se afirmar: a solidariedade familiar e a continuidade da orientação coletiva são pré-requisitos para a realização de novas expectativas de *status* e extensão de campo de participação social; é no nível da contradição entre a orientação coletiva, necessária para a realização das aspirações de novos papéis, que deve ser entendido o processo de absorção dos japoneses. A existência de discriminação difusa e de preconceito contra o japonês produz, no nível da

personalidade, uma ambivalência em relação à sociedade brasileira e, no nível do grupo étnico, um reforço dos símbolos de identificação grupal. Desde que o japonês se sente bloqueado em suas aspirações, e no seu desejo de identificação positiva com a sociedade brasileira, volta-se para o grupo étnico, onde encontra satisfação e segurança, dificultando a integração.

Com relação ao casamento no grupo étnico: ao lado do casamento arrumado ou *miai-kekkon*, opõe-se o casamento por amor ou *ranai-kekkon*. O *miai* pode ser considerado como forma institucionalizada de validação de uma escolha prévia feita pelos jovens, ou de aceitação por parte dos interessados. O *nakodo*, ou intermediário oficial, que procura uma noiva conveniente para a família, continua como figura importante intervindo em grande número de casamentos japoneses realizados em Marília. Na análise do casamento entre japoneses em Marília, se se colocar no extremo de um *continuum* o sistema de *mukoyoshi*, como revelador de um alto grau de aderência aos sistema de valores e aos padrões tradicionais, pode-se colocar em outro extremo os casamentos mistos, que implicam numa ruptura com esses valores e padrões, com interesses individuais sobrepondo-se aos familiares e com negação implícita das relações hierárquicas intrafamiliares. Mais da metade dos chefes de família, sessenta e um por cento mais exatamente, revelou atitude negativa em relação ao casamento misto, afirmando que “não dá certo sob nenhuma condição”. Já a mulher japonesa, casada com brasileiro se adaptaria melhor. Alguns colocaram uma ressalva, admitindo que talvez os casamentos mistos sejam bem sucedidos no futuro.

Quanto às associações do grupo étnico: na medida em que a filiação a essas associações é limitada aos japoneses, embora nenhuma delas tenha estatutos nesse sentido, elas favorecem a manutenção da exclusividade étnica com normas e um sistema de *status* específico que contribui para a identidade particular que se opõe à identificação comum com o sistema social inclusivo. Embora acentuando em maior ou menor grau a identidade étnica, servem como “agentes que facilitam a transformação do grupo e amortecem a transição para os imigrantes”. A autora, relaciona, a seguir as principais associações de Marília, com um pequeno histórico de cada uma delas. As principais citadas: Associação Nipo-Brasileira de Marília, a *Okinawa Kyokai* de Marília, associações recreativas, culturais e esportivas, associações religiosas, associações cooperativas de crédito, informais.

No último capítulo encontramos a redefinição do grupo étnico e as transformações nos padrões de liderança. No período imediatamente anterior à Segunda Guerra, a predisposição para mudanças era negativa, limitando-se à esfera puramente adaptativa. “Durante a guerra, os ranchos de bicho da seda foram queimados devido aos problemas entre os *kyoko* (intransigentes, vitoristas) e *hai-sen* (derrotistas). A seda fiada desses casulos era vendida pelo Brasil aos Estados Unidos. Então os produtores que vendiam casulos eram

acusados de colaboracionistas”. A carência de notícias e ausência de jornais e programas em língua japonesa, tornavam difícil uma real avaliação da veracidade das afirmações veiculadas pelos derrotistas, após a derrota do Japão. Surgiram então movimentos como os do *Shindo-Remmei* (Liga dos Caminhos dos Súditos) e o *Dai-Nippon Kokumin Zen Ei Tai* (Guarda Avançada do Grande Império do Japão). Seus chefes não se limitavam a negar a realidade presente, mas empreendiam uma reorganização do grupo étnico, visando a manutenção da segregação dos japoneses, a coesão e solidariedade étnica. O movimento, com nítidas características messiânicas, foi organizado segundo os padrões tradicionais de *oyabun-kobun*, combinando hierarquização com autoritarismo. Os dois movimentos sofreram repressão e foram desmantelados pela polícia, respectivamente em 1946 e em 1950. No período posterior à Segunda Guerra, o padrão tradicional de liderança baseado no modelo familiar, combinando hierarquização e autoritarismo foi substituído por novos padrões de liderança. Hoje, ao lado dos líderes *issei*, são encontrados líderes *nissei*, que adquiriram ascendência no grupo étnico por sua eficiência profissional e habilidade em ganhar eleitores japoneses.

Com relação à estrutura interna do grupo étnico em Marília, conclui-se: a análise da absorção do japonês em Marília, demonstrou que qualquer estudo de japoneses urbanizados, não pode ser feito sem se levar em consideração os japoneses da zona rural. Na zona urbana, a maior possibilidade de progresso cultural e maior extensão da participação social do *nissei* acentua a sua dicotomia com o *nissei*. A distinção entre o *okinawano* e o *naiti-jin*, persiste tanto na zona rural como na urbana.

Com relação à posição do japonês na sociedade brasileira: após a Segunda Guerra, houve uma mudança de orientação no grupo étnico, refletida no crescente número de naturalizações, na proliferação de associações recreativas e culturais de *nissei* e no surgimento de novos padrões de liderança.

Entretanto, ao mesmo tempo, passaram os japoneses a enfrentar uma discriminação difusa e a sentir mais agudamente as consequências do “preconceito” contra o japonês. Em Marília, esse preconceito se manifesta sob as formas mais variadas como reação à extensão da participação social do japonês; negando-lhe a participação plena dentro da sociedade brasileira. O preconceito contra o japonês aparece de forma mais aberta entre os brasileiros de classe alta e entre os profissionais liberais.

A manutenção da solidariedade e a coesão étnica aparecem como uma forma de acomodação entre uma superioridade cultural valorada e uma insegurança geral.

ELOISA MARIA PRADA QUEIROZ GUIMARÃES



SOUZA (Antônio Cândido de Mello e ). — *Os parceiros do Rio Bonito*. São Paulo. Duas Cidades, 1971, 2ª edição.

A segunda edição do livro de Antônio Cândido, *Os Parceiros do Rio Bonito* (São Paulo, Duas Cidades, 1971), vem atender à procura insistente de um número cada vez maior de pesquisadores, visto ser a referida obra de grande importância para estudiosos de comunidades rurais, como, também, de grande valor enquanto ponto de referência metodológico para outros estudos que se efetuem em áreas de ciências humanas.

Em investigações realizadas no município de Bofete, São Paulo, o Autor estrutura todo o seu trabalho, centralizando suas observações num agrupamento de caipiras, tomando como escopo o conhecimento dos meios de vida e sua relação com as formas de organização social e ajuste ao meio. As abordagens efetuadas no decorrer do trabalho situam-se ora ao nível da antropologia, ora ao nível da sociologia, procurando o pesquisador o equilíbrio entre ambas. A manipulação de fontes históricas, situando a cultura caipira em suas origens e desenvolvimento, deu ao trabalho uma terceira dimensão, importantíssima para a explicação de determinados aspectos da realidade, imprescindíveis ao não comprometimento das interpretações.

Na primeira parte do livro, objetivando a compreensão da vida do caipira paulista de nossos dias, descrita em capítulos posteriores, o Autor caracteriza a vida do caipira tradicional desde suas origens em fins do ciclo do bandeirantismo que, pela mobilidade contínua, definiu certos tipos de cultura e vida social. Os traços culturais do bandeirante prolongaram-se no caipira, dando continuidade a um estilo de vida marcado pela economia de subsistência, configurada na agricultura itinerante, na coleta, na caça e na pesca. Ligada ao povoamento disperso, caracterizada pelo isolamento e pela auto-suficiência, a cultura caipira buscou o equilíbrio entre o homem e o meio na elaboração de uma dieta compatível com o mínimo social e vital.

A penetração da economia capitalista, nessas áreas de população esparsa, propicia o aparecimento de vilas e fazendas abastadas, rompendo com esses mínimos e quebrando o círculo da economia fechada característica dos bairros, estrutura fundamental da sociabilidade caipira, formados por grupos de famílias vinculadas pelo sentimento de localidade, pelas práticas de auxílio mútuo e pelas atividades lúdico-religiosas. Nesse mesmo processo ocorre, ainda, a formação de novos grupos sociais: fazendeiros, sitiantes, posseiros e agregados. Possuindo as mesmas origens, esses grupos diferenciam-se num primeiro momento pelo uso de mão-de-obra escrava.

Na segunda parte do livro, após a caracterização da vida caipira tradicional, o Autor tem com preocupação investigar de que forma reagiu a cultura caipira em face da urbanização, do latifúndio voltado para a produção de gêneros comerciáveis, do escravo e do imigrante. Tendo em vista a compreensão

desse processo, toma em primeiro plano o município em sua totalidade, observando os tipos de vida do sitiante e do parceiro rural, traçando em seguida sua evolução histórica, atento a suas relações com os municípios vizinhos — Botucatu, Conchas e Pirambóia — que, dadas as situações histórico-geográficas efetivaram-se de maneira pouco dinâmica. O progresso conhecido pelo município no último quartel do século XIX, com o desenvolvimento das fazendas de café, prosperidade encerrada com a crise de 1902, não foi suficiente para quebrar o isolamento e incorpora-lo ao ritmo da vida moderna.

Após traçar o quadro geral da população e caracterizar a situação da terra, constatando como principal sistema de produção o arrendamento e a parceria, especificando as várias modalidades em Bofete e nos municípios vizinhos, o Autor toma como campo mais propício às suas investigações um agrupamento de parceiros que, pela instabilidade da vida social e econômica, achavam-se vinculados de forma mais intensa à cultura tradicional. O agrupamento situava-se em uma fazenda localizada nos bairros da Roseira e do Morro Grande, tendo sido esta, no passado, grande produtora de café. Não sendo administrada e explorada diretamente pelo proprietário, constituindo-se em um conjunto de glebas, converteu-se essa propriedade num campo excepcional para pesquisas visando ao conhecimento das transformações da cultura caipira frente aos fatores externos de mudança. Nos dois últimos núcleos da fazenda, o da baixada e do morro, onde esteve nos anos de 1948 a 1954, o autor reconstruiu a vida comunitária, observando como se configuravam o regime de parceria, o ritmo de trabalho, as técnicas de preparação de terra, plantio e colheita, as práticas de auxílio mútuo e as atividades lúdico-religiosas. A resistência aos fatores de mudança apresentava-se de forma variável segundo a ocupação da terra, situação legal de posse e o regime de trabalho.

Na terceira parte do livro, analisando a situação de mudança, o Autor identifica os elementos que permitem caracterizar a situação do grupo estudado como de crise nos meios de subsistência, nas formas de organização social e nas concepções do universo. Tomando o plano econômico como chave dos demais, o autor observa que as necessidades agrícolas, comerciais e industriais da região, do Estado e do país repercutem nessas áreas a partir de sua incorporação à espera da economia capitalista. As flutuações do mercado, a criação de necessidades novas intensificando o vínculo com a cidade, a alteração do ritmo de trabalho ocasionado pela passagem da agricultura de subsistência para a agricultura voltada à produção de gêneros comerciáveis, a reorganização familiar e grupal, a fim de enfrentar necessidades de compra e venda, são fatores atenuantes no sentido de transformar as relações do grupo com o meio com tendências a atrofiar as práticas tradicionais, condicionando a reorganização ecológica. As alterações, na maioria das vezes não compensadoras, provocam a reelaboração das técnicas e do sistema de valores, dando lugar a novos papéis, relações e posições sociais. Os desajustes criados pela ruptura entre o homem e o meio se resolvem pelo abandono das atividades agrícolas, ingressan-

do o caipira em outro universo de cultura, agora definido por normas e padrões da civilização urbana. A integração efetiva, porem, só terá lugar com a superação da cultura tradicional, na medida em que esta não lhe oferecer elementos suficientes para sua incorporação à nova ordem das coisas.

GILBERTO FERRI

\* \* \*

FERNANDES (Florestan). — *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. Rio de Janeiro. Zahar. 1973.

“Vivemos uma época difícil, de grandes conflitos e contradições. Toda época de “crise de civilização” possui as duas dimensões”.

Com este parágrafo o sociólogo Florestan Fernandes inicia o ensaio que sintetiza as principais interpretações e hipóteses formuladas através dos três trabalhos reunidos neste livro.

E prossegue: nas “crises de civilização” ocorre entrechoque entre o conservadorismo e o reformismo. Esse entrechoque permanente é dialético e gerador de conflitos no plano social e individual. O sociólogo, fazendo parte do contexto que lhe cabe estudar, não pode ficar alheio às tensões e conflitos do meio social a que pertence, sob pena de neutralizar-se como sociólogo e anular a Sociologia em suas relações dinâmicas com o fluxo histórico. Para o Autor, não cabe ao sociólogo atitude passiva ante os fatos sociais que o cercam. A Sociologia deve deixar de ser empírica e especulativa para ser normativa e produtora do conhecimento historicamente necessário.

A “revolução através da e pela ciência” é utopia, pois a própria ciência está sob controle político, a serviço das ideologias político-econômicas dos contextos sociais em que é praticada, dando origem a um progresso material desvinculado do progresso social. A revolução científica somente poderia ocorrer através do socialismo igualitário e democrático, o que não se deu até agora em nenhuma parte do mundo.

A América Latina sempre esteve alinhada no contexto da “civilização ocidental” e esse alinhamento deu-se na forma de dependência dirigida do exterior, através do colonialismo, do neo-colonialismo e agora, do capitalismo dependente. A obtenção da autonomia poderia ser tentada por dois meios revolucionários: a “revolução dentro da ordem”, ou seja, o nacionalismo radical e a criação de um “novo capitalismo”, e a “revolução contra a ordem existente”, isto é, através do socialismo.

A atitude da Sociologia e portanto, do cientista social, deveria ser ativa em favor dessa reforma, e desvincular-se dos contextos político-econômicos em que está contida; deixar de ser a “serva do poder”.

“As universidades, os centros de pesquisas e os condicionamentos exteriores da própria sociedade impregnaram a Sociologia (e com ela os sociólogos) de orientações ideológicas que neutralizaram todas as dimensões do conhecimento sociológico que possam transcender e negar a ordem social existente (e, portanto, ajudar a superá-la)” (p. 126).

Os “sistemas de produção” da América Latina sempre foram impostos de fora e seguiram os padrões da “civilização ocidental”, primeiro liderados pelo colonialismo e neo-colonialismo europeu e depois, pelo capitalismo europeu seguido pelo do norte-americano; sendo a América Latina parte da “civilização ocidental”, a condição de dependência não tira a validade das análises sociológicas elaboradas para o contexto geral que a engloba. A ela se aplicam as conclusões a respeito do capitalismo como um todo, visto que as estruturas econômicas, sociais e políticas, embora dependentes, são as mesmas.

O capitalismo latino-americano está organizado de forma não autônoma e portanto dependente, de modo a absorver e preservar a dominação externa.

A burguesia latino-americana está a serviço dos interesses paralelos dos centros irradiadores de influência do capitalismo dos quais ela depende.

Nesses termos, dentro dos limites históricos, vislumbra o Autor as duas vias de acesso à transformação da sociedade. Uma, através da “revolução dentro da ordem”, a qual pela conquista de autonomia no setor capitalista, colocaria a América Latina em condições de atingir no ano 2.000, situação estrutural idêntica a dos países europeus adiantados, no período da revolução industrial; é uma solução a longo prazo, pois embora mudando seu centro, manteria a mesma forma de dominação social (capitalista). A segunda via seria a “revolução contra a ordem existente”, isto é, a ruptura total com as condições vigentes interna e externamente, equivalendo a duas revoluções simultâneas através da opção socialista.

Economicamente, ocorre transformação e inclusive modernização através do transplante de novas técnicas e elementos culturais dos centros irradiadores para os dependentes; mas isso não representa possibilidade de evolução social. Tal progresso aparente, implica pelo contrário em aumento de grau de dependência.

As teorias sociológicas dos centros irradiantes não trazem, é óbvio, os elementos libertadores aos centros dependentes; estes devem produzi-los por seus próprios meios, e dar-lhes uma função prática, tornando-os perceptíveis aos não especialistas, pois



“As universidades, os centros de pesquisas e os serviços de aplicação ou de tecnologia, como estão organizados atualmente, não se ajustam a essa função. Moldados pelos valores, pelos modelos e pelos fins que prevalecem em instituições análogas nas nações hegemônicas, ignoram ou negligenciam essa necessidade” (p. 132).

É nos próprios centros dependentes que devem ser elaboradas as formas sociológicas úteis para romper a barreira da dependência, pouco importando se através da “revolução dentro da ordem”, ou pela “revolução contra a ordem”; o que importa é quebrar a dominação externa. Alcançar

“crescente autonomia de desenvolvimento econômico, sócio-cultural e político, é em si mesmo um objetivo relevante” (p. 133).

AMÉLIA TREVISAN

\* \* \*

\*

MILIBAND (Ralph). — *O Estado na sociedade capitalista*. Rio de Janeiro. Zahar. 1972.

Para a compreensão de uma sociedade e das relações sociais que determinam o seu caráter, o estabelecimento do papel do Estado é de importância fundamental, já que é através do aparelho estatal que as classes dominantes exercem o poder sobre as demais parcelas da sociedade: mantendo o controle sobre os homens que dela fazem parte para consecução dos objetivos da classe dominante, o Estado exerce papel regulador das lutas internas existentes na sociedade.

Apesar desta importância, o Estado tem recebido pouca atenção dos estudiosos de Ciência Política do Ocidente. Isto se deve ao predomínio da corrente pluralista-democrática que parte da premissa de que o poder, nas sociedades ocidentais, é competitivo e todos os homens, diretamente ou através de associações, têm algum poder; ninguém tem um poder demasiadamente grande, já que nestas sociedades existem direitos regulamentados (sufrágio universal, garantia de direitos civis, direito à oposição) e em consequência nenhum governo, agindo em nome do Estado, deixará de levar em consideração estes grupos e de atender aos interesses conflitantes, assumindo assim o Estado o papel de “refletir” e reconciliar os interesses dos grupos existentes na sociedade.

Na tentativa de demonstrar a falácia desta concepção funcionalista é que surge a presente obra do cientista político Ralph Miliband, professor da *The London School of Economics and Political Science*, e um dos diretores do anuário *Socialist Register*, que, ao abordar com agudeza o papel que o Estado assume nas sociedades capitalistas avançadas, demonstra claramente o con-

trole que as classes dominantes efetivamente exercem sobre o restante da sociedade, através dos governos “democráticos”.

Na delimitação do plano da obra o autor parte da constatação do crescente aumento do poder do Estado, com a interferência na vida dos indivíduos, para analisar as concepções de Estado existentes na Teoria Política. Nesta análise destaca a concepção pluralista-democrática que, carregada de uma forte conotação ideológica, procura demonstrar que nas sociedades ocidentais inexistem classes dominantes, mas tão somente blocos de interesses

“cuja competição, que é sancionada e garantida pelo próprio Estado, assegura que o poder seja difuso e equilibrado, e que nenhum interesse particular consiga pesar demasiadamente sobre o Estado”.

Como alternativa correta diante desta posição, Miliband aponta em direção às correntes de interpretação marxistas que, no entanto, vinham sofrendo deficiências decorrentes de falta de renovação. Para ele, então, o Estado é o instrumento coercitivo de uma classe dominante, ela própria definida em termos de sua propriedade e de seu controle sobre os meios de produção.

O texto básico continua sendo *O Estado e a Revolução*, de Lenin, que elaborou a concepção sobre o Estado encontrada em Marx e Engels, aplicada à época do imperialismo. Além desta obra fundamental, temos somente a contribuição, aliás valiosa, de Gramsci e, mais recentemente, os trabalhos de Poulantzas, autor da “moda”, mas bastante criticado a partir de certas concepções estruturalistas que veicula em todas as suas obras.

Verificando estas deficiências, Miliband define o objetivo do presente trabalho como uma tentativa de recolocar a discussão sobre o papel do Estado dentro de uma perspectiva teórica correta — o que, de resto, é a contribuição mais importante e o aspecto que confere a este livro sentido e validade.

O estudo se dirige exclusivamente ao papel do Estado nas sociedades capitalistas avançadas que, segundo o autor, se caracterizam basicamente pelo alto índice de industrialização, com a maior parte dos meios de atividade econômica sob controle privado e sob a égide da democracia burguesa, regime político comum aos países de capitalismo avançado pelo menos a partir da II Guerra Mundial, distinguindo-os assim dos países sub-industrializados (como os da América Latina) e dos países onde prevalece a propriedade estatal (bloco socialista).

Segundo a concepção pluralista-democrática não existe nestas sociedades uma classe capitalista significativa que utilize o Estado como instrumento de dominação da sociedade. Levantando dados sobre distribuição de renda, bem como sobre origem de classe dos estudantes universitários e concentração da propriedade, verifica o autor que a maior parte da riqueza, nestas sociedades,

está em mãos de uma pequeníssima parcela da população, com tendência marcante e incontestável para uma crescente concentração, o que define a existência de uma classe dominante, com poder econômico decisivo.

Definida a existência e o caráter da classe dominante nas sociedades capitalistas avançadas, o autor passa a analisar as principais instituições do sistema estatal e a composição social das elites, verificando que o aparelho estatal é gerido pelos interesses da classe dominante. Especificando a análise para o nível dos governos, Miliband desenvolve brilhantemente a idéia de que todos os governos, de direita ou de esquerda, quando inseridos no quadro institucional das democracias burguesas, serviram sempre aos interesses empresariais, mesmo quando, eventualmente, as posições político-ideológicas dos grupos que ocupam momentaneamente o poder rejeitam a idéia de dominação da sociedade por uma classe — como no caso do governo da Frente Popular francesa, sob o comando do 1º ministro Léon Blum, na década de trinta. Estendendo mais ainda a sua análise, o autor enfoca mais detalhadamente o papel desempenhado pelo grupo dos servidores do Estado (burocratas civis, poder judiciário e forças armadas), entendendo o sentido de toda a sua atuação como de manutenção do *statu quo*, consciente ou inconscientemente.

Encerrada a análise dos componentes do Estado, Miliband, de posse de todos os elementos levantados anteriormente, aborda o problema da competição que existe entre os diferentes interesses existentes dentro da sociedade capitalista, refutando a tese da teoria pluralista de que existe uma competição perfeita entre o capital e o trabalho, não conseguindo nenhum vantagem decisiva que permita a qualquer dos lados um controle absoluto do Estado.

Não é, no entanto, apenas pelo dado da dominação econômica que a classe dominante mantém sua hegemonia sobre o conjunto da sociedade. Em muitos países as classes dominantes para manter sua posição, utilizam a repressão sistemática e contínua, o que não é o caso das sociedades capitalistas avançadas que, apesar de se utilizarem de diversas formas de repressão, admitem uma boa margem de oposição, somente reprimindo quando se coloca uma ameaça real ou imaginária ao Estado.

Por outro lado, para manter essa posição de dominação é necessário um profundo esforço visando criar um consenso nacional de que as idéias que tem as sociedades, digo as classes dominantes a respeito da sociedade são as que melhor servem ao interesse geral. Citando Marx, o autor diz que

“as idéias da classe dominante são em qualquer época as idéias dominantes”

em razão de que quem possui os meios de produção controla os meios de produção mental que Miliband denomina “agências de legitimação”. Partidos Políticos, meios de comunicação, instituições Educacionais, agências de publicidade, Igreja, etc.

Um dos instrumentos ideológicos mais utilizados para a consecução de seu objetivo é o nacionalismo. Segundo as classes dominantes todos os cidadãos devem obediência suprema a um interesse nacional que paira acima dos interesses das classes, nacionalismo esse definido como necessidade geral e formalizado em termos de cultos de símbolos, heróis e a uma “memória nacional” onde são glorificados os santos da burguesia.

Assim, após analisar a função do Estado na sociedade capitalista avançada e demonstrar a conotação ideológica que possui a corrente defensora do pluralismo democrático, o autor afirma que nas sociedades capitalistas avançadas existe um poder econômico privado e cada vez mais concentrado na mão de um grupo pequeno de pessoas; estas pessoas têm uma preponderância maciça na sociedade, no sistema político e na determinação da política e ação do Estado; a igualdade política, a não ser em termos formais, é impossível nas condições do capitalismo avançado; o Estado é o guardião e protetor dos interesses econômicos da classe dominante.

Analisando as direções em que se movem os regimes políticos destas sociedades, o autor aponta a tendência dos Estados capitalistas avançados para o autoritarismo conservador, devido à necessidade de manter um controle crescente sobre os indivíduos. Para isto, utiliza simultaneamente a reforma de pontos não essenciais à sobrevivência do sistema e a repressão:

“Quanto mais o Estado busca reprimir, maior é a oposição que deverá engendrar; quanto maior a oposição que engendra, maiores serão os poderes que deverá invocar. É ao longo desta linha que está a transição da “democracia burguesa” para o autoritarismo conservador” (pág. 329).

Em suma, um livro importante, embora com algumas falhas oriundas quase sempre de certa pressa nas generalizações. Levantando problemas e aprofundando questões essenciais, Miliband trouxe a discussão sobre o tema abordado para uma perspectiva mais científica, contribuindo para desmistificar a visão essencialmente ideológica do Estado capitalista, veiculada pelos “cientistas sociais” porta-vozes do sistema, inclusive nas sociedades dependentes que têm como uma de suas características básicas a importação destes modelos.

ARTUR PEREIRA CUNHA

\* \* \*

KOSIK (Karel). — *Dialética do Concreto*, Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1969, 230 pp.

Embora a edição italiana do presente livro tenha sido lançada em 1965, e a brasileira há quatro anos, não se observou até agora sua inclusão entre os

textos básicos de cursos universitários. Isto surpreende porque, independente do valor intrínseco à obra, verifica-se nítida preocupação didática do autor.

O livro se compõe de quatro capítulos, os quais são oriundos de duas conferências realizadas por Kosik em 1960. Daí decorre a extrema vinculação entre os capítulos I *Dialética da Totalidade Concreta* e IV “*Praxis*” e *Totalidade*, e os capítulos II *Economia e Filosofia* e III *Filosofia e Economia*, o que imprime coerência à exposição dos temas.

Este trabalho alinha-se junto àqueles que utilizam a metodologia dialética, quer na análise de novas problemáticas, como no reestudo de questões já tratadas. Segundo Darcy Ribeiro, presta efetiva contribuição no sentido de

“enriquecer o próprio esquema conceitual marxista” (1).

Assim, Kosik centra a temática de seus estudos em torno da posição do investigador diante do objeto, e propõe o comprometimento do cientista, quando afirma que

“Todo agir é “unilateral”, já que visa a um fim determinado e, portanto, isola alguns momentos da realidade como essenciais àquela ação, desprezando outros, temporariamente. Através deste agir espontâneo, que evidencia determinados momentos importantes para a consecução de determinado objetivo, o pensamento cinde a realidade única, penetra nela e a “avalia” (p. 15)”.

Em virtude das preocupações do autor, o capítulo mais denso é o I, onde estão contidas suas proposições fundamentais. O capítulo II expõe um acurado estudo das condições em que se produz o conhecimento, Kosik explora os múltiplos aspectos do cotidiano, da ciência e da cultura, na tentativa de um maior esclarecimento daquelas condições, com vistas a desmistificar determinados produtos intelectuais. A análise exaustiva de *O Capital*, e da própria economia é o enfoque dado pelo capítulo III. No capítulo IV é retomada a temática do capítulo I, porem, não em sua perspectiva teórica, ao contrário, enfatizando as implicações pragmáticas; isto leva, conseqüentemente, a que maior número de leitores seja sensibilizado pelas colocações apresentadas.

Para Kosik o fundamento básico do conhecimento é a cisão do todo, há uma

“oscilação entre os fatos e o contexto (totalidade), cujo centro ativamente mediador é o método de investigação” (p. 48).

Daí decorre que a abordagem da totalidade se constitui em pedra angular de qualquer tipo de investigação, porquanto é a partir dela que se processa a “cisão do todo” e são esses passos os determinantes da pesquisa; permitindo

---

(1). — RIBEIRO (Darcy). — *As Américas e a Civilização*, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1970, p. 30.

inclusive, a identificação do método utilizado para a obtenção dos resultados. Assim, o autor se vale do conceito de pseudo-concreticidade, que é

“a existência autônoma dos produtos do homem e a redução do homem ao nível da *praxis* utilitária” (p. 19),

para melhor explicar a totalidade concreta. Logo, uma abordagem pseudo-concreta da realidade desprezaria a dinâmica social, focalizando seus objetos em um espaço petrificado, com o auxílio de lentes da falsa consciência. A contrapartida desse quadro se constitui na totalidade concreta, segundo a qual

“cada fenômeno pode ser compreendido como momento do todo” mas “só quando inseridos no todo correspondente é que adquirem verdade e concreticidade” (p. 41),

o que exige do observador o árduo trabalho de romper a aparência dos fenômenos para penetrar-lhes o âmago e assim detectar não só as conexões com o todo, como também compreender o significado das contradições que encerram.

A partir dessa posição do autor, torna-se clara a importância da perspectiva diacrônica nesse método, o que conduz a uma frontal incompatibilização, especialmente, com o estruturalismo. Kosik se refere em tom ácido aos estruturalistas, quando mostra que para os mesmos

“a realidade social é entendida como um conjunto ou totalidade de estruturas autônomas que se influenciam reciprocamente. O sujeito desapareceu... o autêntico sujeito... foi substituído por um sujeito mitologizado, reificado, fetichizado: pelo movimento das estruturas” (p. 52).

#### Segundo o Autor

“O sentido da história está na própria história: na história o homem se explicita a si mesmo, e este explicitamente histórico — que equivale à criação do homem e da humanidade — é o único sentido da história” (p. 217),

de acordo com essa afirmação, na história se encerra a própria essência do existir humano, porquanto é nela que se realizam tanto a vida individual, como a vida coletiva. Isto dá a medida da inexecutabilidade de uma metodologia que se propõe atingir o conhecimento, desprezando a abordagem diacrônica.

A contribuição de Kosik, além da proposição de uma ciência pragmática, assenta-se no estudo de como os fatos devem ser tratados em relação à realidade abrangente. Independente dos comentários críticos, faz-se urgente a abertura de um debate amplo sobre este trabalho, que apresenta sugestões capazes de bem orientar o exercício de reflexão acerca de questões vitais para o desenvolvimento das ciências humanas.

PAULO EDUARDO CABRAL

\* \* \*

MOLES (Abraham). — *O "Kitsch", a arte da felicidade*. São Paulo. Editora Perspectiva. 1972.

Define-se o *Kitsch* como sendo *imitação da arte, diluição de formas originais, pseudo-arte*, mas o problema é muito mais complexo do que dá a perceber a generalização aqui proposta, e, por motivos práticos, e para isolar um veio do discurso, iremos redefini-lo pouco a pouco, como o livro de Abraham Moles o faz, até inculcarmos a consciência do *Kitsch* e os problemas derivados.

Nesses últimos dez anos, ouvimos falar esparsamente, em reuniões acadêmicas e mesmo em artigos de jornais, sobre o fenômeno *Kitsch*, sem que tenha havido uma elucidação estruturada sobre esse processo social que vem se desenvolvendo e alastrando desde o fim do século passado.

Ainda que certas consciências linguísticas, artísticas e históricas já manifestavam concretamente o conhecimento desse processo (é o caso de Hegel, que já havia previsto todo o complexo sócio-cultural que decorreria com o surgimento da sociedade de consumo; é o caso de Charles Sanders Pierce, que já iniciava a teoria da informação; é o caso dos simbolistas, que já anteviam o processo de consumo e diluição das artes — Mallarmé, já dizia "tudo que não é Poesia é Economia"), não havia ainda um *denotatum* semântico para o significar, pois o *Kitsch* é um fenômeno mais conotativo, intuitivo e sutil.

Desse modo, a terminologia significativa e definitiva do fenômeno já se vinha fazendo necessária, visto que em nossa época os eventos se sucedem vertiginosamente, necessitando de constantes redefinições, resultantes da própria natureza dos meios de comunicação. Observe-se ainda que a própria França, com suas pretensões culturais, tentou mudar a terminologia para *Art Boutot*, mas a persistência do vocábulo alemão quase que nos faz prever já o engavetamento da terminologia nas enciclopédias culturais.

O grande antropofágico Oswald de Andrade já dizia violentamente, nos moldes mallarmáicos: "Ou tudo é Arte, ou nada é Arte!" (1922). Não é de se espantar pois que tenha surgido aqui no Brasil a edição do livro de Abraham Moles, *O Kitsch*, tratado que já devia ter se manifestado há mais tempo, posto que os fenômenos artísticos são reflexos da cultura e nós também fomos atingidos pela sociedade de consumo (logicamente num repertório mais baixo) e, temos também processos de "Kitschização", conscientes em nossas vanguardas artísticas.

O alto grau de conotação do fenômeno *Kitsch* deixa margem a muitas interpretações filológicas. Alguns autores afirmam que talvez seja corruptela da palavra alemã *Sketch* (*lebrancinha, esboço, agradável aos olhos, etc.*) que, teria estado em voga na época da ocupação americana na Alemanha, especificamente quando os soldados americanos enviavam às suas namoradas na América os cartões postais da romântica Alemanha.

Entretanto, Abraham Moles, fazendo várias exegeses de textos, relacionou a palavra *Kitsch* com *Kitschen*, palavra bem conhecida do alemão do sul e que significa atravancar, fazer móveis novos com velhos. A mesma palavra *Kitsch* é raiz de um outro verbo, *verkitschen* e que quer dizer *trapacear*, *receptar*, vender alguma coisa em lugar do que havia sido combinado.

Em todo caso há toda uma conotação ético-pejorativo, uma negação do autêntico em ambas as interpretações filológicas. O inegável é que o termo surgiu na Alemanha, e o surgimento desse termo nessa região equivale dizer que esse fenômeno iniciou-se aí, ou pelo menos em seus arredores. Fica também explícito que não é de se espantar ser justamente na Alemanha, que reina as mais vastas “literaturas” sobre o *Kitsch*.

O fator histórico preponderante que permitiu o fenômeno nessa região foi a vitória alemã na guerra franco-prussiana, cuja consequência foi a consolidação de uma classe média alemã, que, ingenuamente, começa a consumir a cultura estandarizada.

A título de ilustração, observe-se que o costume de consumir a cultura já se manifestava fortemente arraigada nas atitudes alemãs: o grande rei do *Kitsch*, Luis da Baviera, o maior consumidor da cultura já existente na Alemanha, em seu desejo de grandeza irrealizada, fixa-se na imagem do rei Sol, Luis XIV, e procura realizar esta imagem, chegando ao cúmulo de mandar construir em Herrenchiensee uma cópia de Versalhes (e por sinal superior ao original).

Atualmente, os castelos românticos e grandiosos desse rei das maravilhas e do fantástico (que ocupou muitos sonhos de donzelas nos contos de fada — *der MärchenKönig*) são apenas objetos de admiração para os turistas e origem de fortuna para os cofres do Estado. As obras são perpetuadas mais nos *souvenirs* do que na História e são vendidas nas mais vulgares lojinhas junto aos lugares célebres, como mais um monumento comercializado.

Surgiram já há muitos decênios atrás, os ensaios sobre uma tipologia do *Kitsch* e que Abraham Moles tentou resumir em seu pequeno livro, definições do fenômeno de acordo com dois pontos de vista:

1. — definições que determinam o *Kitsch* por propriedades formais dos objetos ou dos elementos do ambiente;

2. — as definições que consideram o *Kitsch* a partir de relações específicas que o homem mantém, seja ele criador ou consumidor, com os objetos.

Decorrencia natural desses dois pontos de vista é, logicamente, a existência de manifestações *Kitsch* em graduações variáveis, na arte, no ambiente, nas relações sociais, nas atitudes humanas, nos entretenimentos, no trabalho, no consumo.



A primeira fase do *Kitsch* culmina exatamente na época da plena ascensão da Burguesia, denominada por Moles, como o século 1900 (1889-1914), caracterizada principalmente pelo poder e vontade aquisitivos do burguês industrial, que, tendo conquistado um vasto poderio econômico, tenta se afirmar também em sua cultura, consumindo o repertório erudito, distintivo da elite.

Os *Kitsch* que se desencadeiam são bem característicos de um tipo de cultura que estava em processo de mudança para uma fase industrial, e o “burguês”, por não entender o seu tempo, não cria uma linguagem apropriada. O homem começa a temer o futuro pois não compreende nem o presente, perde a sua identidade, gerando medo e angústia. E por isso ele sente atraído ao máximo à linguagem sócio-cultural já adquirida.

Esse complexo homem da primeira fase do *Kitsch* traduz a informação original para o seu repertório:

1. — *O Kitsch nobre* = consumo de distintivos aristocráticos:

— começa-se a imitar os comportamentos da nobreza que havia sucumbido, mas que deixara marcada fortemente a nossa cultura;

- corrida para a aquisição de títulos nobres;
- encomendas de quadros estilos renascentistas, clássicos etc;
- compra de castelos e palácios para moradia;
- lembranças exóticas são trazidas para a decoração.

Na América, como não há tradição cultural aristocrática, os novos-ricos mandam importar castelos inteiros para o novo continente, introduzindo uniformes em amas, empregadas e chofer.

A diluição mais radical do *Kitsch-nobre* observa-se em nossa época: a eleição da Miss Universo com seu manto, coroa e cetro, e a parafernália geral das rainhas das batatas, dos ovos, dos cafés, das uvas, dos refrigerantes e de outros produtos; o prateado, o dourado, e o cintilante das pedras preciosas, oferecidas a preço de banana (para o Brasil) e a preço de maçã (para os EEUU), nos bazares e lojinhas de qualquer bairro vulgar.

2. — *Kitsch* — imitação da arte e formação de estereótipos.

— Os imitadores e diluidores da arte começam a desenterrar a cultura do passado para atender as clientes burguesas: o estilo colonial, o estilo rococó, o neo-grego o renascentista. O mercado consumidor burguês exige selos e símbolos da erudição em suas encomendas.

— Os criadores de tipos são imitados — toda a vasta literatura *Kitsch* é um estereótipo do romantismo, numa metáfora simples, de fácil associação, pois a intenção é, antes de tudo, o consumo: a heroína passeia sua virtude intacta pelos antros de malandros, casas de caridades, hotéis de luxo, seus cabelos

são dourados, seus dentes são de pérolas; o herói, intrépido e incansável, permanece um cavalheiro nos combates, o coração puro, e um amor profundo e inalterável. A criança é orfã, o servidor é fiel, o amigo é leal, o irmão é fraternal, a mãe é maternal. O final, sempre feliz.

Essa literatura *Kitsch* se estendeu até a modernidade e transpôs o seu conteúdo para o cinema, para as telenovelas, para as revistas sentimentais (*Capri-cho*, *Romântica*, *Sétimo Céu*).

— Em poesia a diluição também disvirtuou a arte: todos os namorados fazem poemas às suas namoradas, sem discernimento de poética, métrica, rima e ritmo. Tudo é cozinhado em um banho maria de sentimentalismo e pieguismo, previsíveis em todas as circunstâncias semânticas e fonéticas; constantemente rima-se “amor” e “dor”, ou então, o “amor” se transforma em “flor” e esta flor se transforma em “dor”.

— A música também não escapou ao consumo geral: vende-se Tchaikovsky tocado por Ray Coniff; ouve-se a Marcha Nupcial de Mendelsohn no acordeón; a Serenata de Toselli em órgão; a Nona Sinfonia em Orquestra de Cervejaria.

Alemanha, o maior centro da música erudita, é também o maior centro de diluição da música “clássica”: os sistemas musicais *Kitsch* são aparentemente comunicativos, desenvolvem-se através de clichês, e estimulam modelos de reação estandarizados; sabe-se de antemão o que vai acontecer — o ritmo não traz surpresa, a melodia e a harmonia seguem a gramática tonal não causando nenhum choque.

### 3. — *Kitsch religioso*.

A emoção estética que a arte religiosa traz a seu favor também é desvirtuada: os cemitérios estão abarrotados de estátuas de Virgem-Maria, de Cristo crucificado, Anjinhos com asinhas, Profetas, santos e santas. Nos refeitórios abundam quadros da Santa Ceia, de Moisés, Cristo-Rei, Santa Thereza (Santa Terezinha para os brasileiros), São Jorge Guerreiro, São Sebastião.

### 4. — *O Neo-Kitsch*.

O caso mais gritante da diluição da cultura se manifesta na arquitetura. Observou-se na França a fundação de escolas de arquitetos permanentes, onde se defendem a tese de que a cópia é tão boa como o original (pode ser até melhor por ser menos velha e gasta), ensina-se estereótipos de imagens de castelos da Idade Média. A cultura do arquiteto revela-se ao burguês na profusão dos estilos que ele domina: superposição de um pagode hindú de tijolos envernizados sobre um imóvel de seis andares.

Há uma mania de *neo* e do empilhamento dos *neos* que dá aparência de cultura.

O apogeu da arquitetura *Kitsch* se manifestou na América, na cidade de Nova York — a futura capital do mundo não podia deixar de lado a decoração, e como os artigos já haviam encontrado o estilo, bastava copiá-los. Dai resulta o esforço dos arquitetos de desenterrar os tratados de estilos para projetarem suas construções e com o crescimento das cidades, os americanos (com seu espírito prático) simplesmente decoravam a parte térrea e o último andar com um estilo qualquer, preenchendo o intervalo com o maior número possível de andares com sacadas “imperiais”.

Felizmente, para os arquitetos *Kitsch* americanos, descobriu-se o gótico, cujas linhas verticais e orgivas eram congruentes com o estilo vertical do arranha-céu em pleno impulso. Tratava-se apenas de dissimular as estruturas pela decoração em quantidade suficiente para dar impressão de riqueza considerável. A cidade de Nova York é um imenso porta-agulha de *Kitsch* arranha-céus, apartamentos e *Kitschnette*, pois a preocupação principal dos arquitetos responsáveis pela urbanística da cidade foi no sentido vertical.

Somente, após 1935, é que vemos surgir algumas construções que se manifestam mais na horizontal que na vertical. Isso se deve longinquamente a Bauhaus, pois nos primórdios dos movimentos estéticos de Gropius, Mies van der Rohe, Max Bill, o trabalho se desenvolveu mais no plano horizontal, funcional e objetivo. As pesquisas encaminham-se para o setor de criação de uma nova linguagem para a sociedade industrial, estabelecendo que os objetos devem ser rigorosamente determinados por sua função, e por isso mesmo, os objetos inúteis devem ser eliminados.

A estética da Bauhaus contradiz diretamente o sistema formado pela sociedade afluyente, que se caracteriza por sua vontade de acelerar cada vez mais a máquina econômica através da demanda eterna do consumidor.

Surgem as contradições, mas nem por isso intransponíveis para a sociedade de consumo, que lança mão de objetos funcionais e práticos adicionados com o princípio de extinção incorporada do objeto (que tem garantia temporária), com o princípio da redistribuição das necessidades, vale dizer, a fabricação de objetos com uma série de funções técnicas diferentes (como por exemplo: um aspirador-encendedor-polidor); com o princípio de divisão de funções (como moedor de carne-cafeteira-serviço de café); com o princípio de reagrupamento de funções (um descaroçador de azeitonas que é também cortador de ovos cozidos).

Desse modo, tenta-se sempre manter e ampliar o mercado consumidor em compatibilidade com as forças produtivas, lançando mão de pesquisa de mercado, psicologia social, sociologia do lazer e do entretenimento.

O incentivo ao consumo é altamente estimulado através de um elemento (de acordo com Moles), que fica entre o consumidor e o engenheiro de produção: o *designer*. —

“que se inspira nos grandes inovadores, embora a interpretação por ele efetuada não se dê jamais ao nível da cópia, mas, ao nível dos morfemas, dos elementos de forma (*gestaltung*), ao nível das doutrinas culturais” (p. 175). “Este mediador necessário entre o criador e o mercado consumidor explora idéias e formas novas criadas pelo artista, passa a adotá-las e arranja as formas pela diluição da sua originalidade de forma a torna-las assimiláveis pela camada consumidora” (p. 176).

Nesse sentido o *Kitsch* moderno seria deliberadamente provocado pelo *designer* em torno dos predicados de base da média, conjunto de *displays*: dormir, dirigir-se ao banheiro, ir ao serviço, lazer e diversão — que é avaliado através do grau de estereotipia de uma pessoa, de um grupo, de uma comunidade, de uma cultura.

Com esse material o *designer* pode ter uma norma de necessidade de um grupo.

Atualmente, o impulso dado ao estímulo ao consumo é tão importante quanto a produção e o próprio consumo, e daí a importância tremenda que se aplica aos *designers* criativos — (termo perigoso, pois até que ponto podemos dizer que ele é criativo?, e até que ponto o termo não se aplica a eficiência da venda da imagem do produto e não da criação?)

O livro, pouco a pouco nos levanta vários problemas de ordem social, que, num sentido exagerado, pode acarretar em global “Kitschização” do mundo, na medida em que todos nós temos um pouco de *Kitsch*, e todos nós somos mais ou menos previsíveis diante da máquina econômica. Universalização das linguagens? Massificação? Escravização? Alienação?

São esses os problemas que surgem com o processo desencadeado a menos de um século e que cada dia que passa acelera-se e se redefine sem exaustão.

Ao processo de diluição da informação, paralelamente, ocorre o fenômeno de “criação” de significados novos para os objetos de uso, por exemplo: uma panela de ferro, com significado atualmente — ou seja, sofisticação na decoração. Usa-se a panela, mas não nos moldes pioneiros de antigamente, isto é redescobre-se o objeto, mas não se redimensiona a ideologia contida na forma.

O que se intenta dizer é que a massa, com o processo de diluição cria sua própria linguagem com elementos combinatórios infinitos possíveis, capazes de permitir todo tipo de vida no interior daquela forma, dissociando o significante do seu significado e substituindo e enriquecendo seu significado por outros significados possíveis pelo uso: ocorre uma descontextualização do signo e reinserção deste num contexto novo que o carrega de significados diferentes.

A diluição é necessária à cultura pois revela o envelhecimento das formas e, enriquecimento e redefinição dessas formas em uma nova linguagem. Afinal não é isso o mesmo que certas vanguardas artísticas americanas fizeram com

suas obras? Tomaram o *Kitsch* como conteúdo de suas mensagens fazendo a arte erudita tomar consciência da nova linguagem que está se formando na sociedade de consumo, fenômeno universal.

É uma pena que Abraham Moles tenha se detido apenas descritivamente aos fenômenos estéticos do *Kitsch*.

MITIKO OTOFUJI

\* \*  
\*

SOUZA (Roberto Antônio de Mello e). — *Mina R: narrativa*. São Paulo. Livraria Duas Cidades, 1973, 170 p.

Em meio às contribuições de caráter pessoal e profissional sobre a atuação da FEB na Segunda Guerra Mundial, e que vinham rareando já há alguns anos, surge a narrativa de Roberto Antônio de Mello e Souza, cabo de um pelotão de minas, evocando experiências vividas nos campos italianos.

“... Umhas minas estavam aparecendo na flor do chão — o vento tinha varrido a terra seca de cima delas — e o que se via eram quatro ou cinco, com certeza do começo do campo. As tampas amarelas...”.

Anotando tranquilamente o que lhe passa pela memória, Mello e Souza vai “falando” despreocupadamente de tudo o que se lembra, colocando aqui e ali, em meio aos seus próprios sentimentos, os companheiros ainda suficientemente vivos em sua mente, tanto os que voltaram, como aqueles que permaneceram na Itália.

Se preocupação houve na transcrição de suas recordações, certamente não o preocupou o estilo literário, mas muito mais, a sinceridade na descrição local, em meio às lutas com o inimigo separado pela “terra de ninguém”.

“... Era um dia bonito ainda de manhã, fim de abril sem chuva, o tempo firme o céu muito azul por igual, poucas nuvens mas bem brancas, e naquele lugar, afundado no meio das montanhas, o capim já estava brotado e tinha uns matos mais altos, florzinhas de todas as cores pelas colinas em volta e uma ou outra árvore só que muito machucadas. Muito machucadas as folhas verde-claro começando a sair dos galhos decepados a estilhaço e uma delas estava estourada pela raiz porque aquilo era terra-de-ninguem...”.

Utilizando termos bem seus, dentro de uma onomatopéia toda peculiar, o autor vai descrevendo pitorescamente a paisagem local, retornando às suas emoções da época da guerra, na incerteza diária da luta, e na expectativa da nova luta. Segue assim, num desencadeamento sem forma, sem métrica, sem

estética, sem preocupação. Foi escrevendo, foi falando aquilo que sentia, que lembrava e que em muitos pontos ainda doía.

“... Daí, empurrando a mão devagarzinho antes de mexer os joelhos toquei num arame... Com os dedos reconheci um ZZ. 35. Meti um dos meus pinos no furo e cortei o *trip wire*. Fui descendo a mão e encontrei outra *Schrapnel* que desarmeí também. Toquei em frente...”.

Dentro do emaranhado das sutilezas técnicas dos vários explosivos *Schu, S, Teler 42*, etc., cada tipo vai sendo apresentado aos soldados encarregados do seu desarmamento, esclarecendo suficientemente o leitor leigo, sem deixar de lado o enfoque técnico-militar.

Sem fazer de seu livro uma crônica da Segunda Grande Guerra, e nem mesmo tornar o pelotão do desarmamento de minas o fator fundamental da participação da FEB na Itália, *Mina R* fala dos problemas militares e pessoais em que se debatiam os pracinhas. Num relato simples mas firme, as angústias, ilusões e anseios são agilmente focalizados, dentro da repulsa pela guerra na saudade de casa e dos companheiros mortos, e do espírito de um dever a ser cumprido impessoalmente, com honra, com vigor.

Roberto Antônio de Mello e Souza trouxe latente por muitos anos estas lembranças, para apresenta-las agora, vivas e ainda quentes dos seus próprios sentimentos, como se nenhum tempo houvesse passado.

“... E aqueles nove dias na escola com seus amigos tão bons foi uma das melhores coisas que aconteceram naquela guerra cheia de maus momentos...”.

JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS

\* \* \*

\*

FRANCIS (Paulo). — *Nixon X Macgovern: as duas Américas*. São Paulo. Livraria Francisco Alves. 170 pp.

Numa época em que os manipuladores das notícias reivindicam para si critérios tais como, neutralidade e objetividade jornalísticas, o livro de Paulo Francis aparece como uma ilha dentro deste vasto oceano de “comunicação”. Herdeiro de uma tradição bastante rara na imprensa brasileira, se coloca como um dos únicos polemistas profissionais que existem entre nós. Fiel ao extremo a essa técnica, adquirida como ele mesmo diz, através das leituras de Bernard Shaw, tenta dar a cada frase sua uma idéia nova, para chegar a um grau de complexidade próprio de qualquer estudo analítico de fatos. E não é pouca a sua contribuição em várias áreas do conhecimento. Seus assun-

tos variam desde teatro, lugar da primeira experiência profissional, à literatura, cinema e política. Em todos os trabalhos está marcado o próprio cerne de sua perspectiva jornalística. Francis não acredita na neutralidade, nem tampouco na objetividade dos canais de informação. Em suas análises os fatos aparecem ligados a uma interpretação, e esta ligada à própria visão de mundo do Autor. E não resta dúvida que seus melhores trabalhos são aqueles em que o tema é a política.

Sua iniciação em política se deu por motivos morais e estéticos. Como êle mesmo diz:

“Tenho nojo e horror infinito aos homens que exploram outros homens, os pobres me chocam profundamente, porque os sei desnecessários, produtos da cupidez de 1% da humanidade ... Manter minha própria sanidade, dignidade e estar sempre em defesa dos que estão por baixo, é o máximo que posso fazer”.

Entender isso, é alcançar a visão política do autor, impregnada pela própria irracionalidade de nossos dias, nos quais as maiores atrocidades são cometidas em nome dos mais belos ideais.

Para Francis, portanto, fazer jornalismo é tomar partido contra todos os desarranjos de nossos dias, que vão desde os assassinatos em massa (Stalin, Hitler, Vietnã), até os cerceamentos individuais impostos pela difusão da cultura institucionalizada pelos meios de comunicação de massa.

\*

E a análise crítica de Francis resolveu penetrar na cena principal do espetáculo de Tio Sam, durante as eleições de 1972. Era de se esperar que seu trabalho se apresentasse um tanto inseguro, pois, mesmo guardando as devidas proporções, existe um enorme abismo entre as condições políticas e jornalísticas do Brasil e dos EEUU. Entretanto, parece que o Autor tomou uma injeção de vitalidade, participando corpo à corpo com todo o processo eleitoral americano. Seu trabalho não é uma crítica distanciada dos acontecimentos, mas sim, escrito linha por linha durante o próprio transcorrer do período eleitoral. Como Francis conseguiu tamanha proximidade com a cultura americana, a ponto de realizar uma análise tão viva da disputa Nixon x McGovern, é uma das primeiras questões a se levantar. Para tanto, pode-se buscar esta resposta nas próprias palavras do Autor, quando de uma entrevista concedida por ele no semanário *O Pasquim* de 17-6-1971:

“Sou um produto da classe média, neto de estrangeiros, Zona Sul, Rio de Janeiro, no final do Estado Novo, que secou as energias intelectuais de uma geração. Meu grupo de aspirantes a intelectuais tinha de buscar verdades (e há busca mais desesperada no adolescente sensível?) em inglês, porque os EEUU, a partir de 1934, ditaram culturalmente as modas aqui. Nos deram muitas coisas boas e muitas péssimas. Houve gente que escapou disso, eu, não”.

Com esta proximidade cultural é que o autor penetrará na mais profunda contradição do sistema americano. Este país que é o porta-voz de todos os movimentos reacionários no mundo, apresenta no seu interior as mais sólidas instituições democráticas da atualidade. Sem entender nada mais do que isso, temos os exemplos atuais estampados em toda a imprensa mundial, tais como a publicação dos *Documentos Secretos do Pentágono*, e o atualmente tão falado *Caso Watergate*. Essa incrível vitalidade do sistema só poderá ser entendida do ponto de vista de sua estrutura, e esta aparece ligada inevitavelmente ao passado histórico. Toda a contestação e oposição internas ao sistema, que tornaram os EEUU os melhores críticos de si próprios por um lado, junto a um controle quase totalitário de poder por outro, tem suas causas mais profundas na política exterior do país. O Vietnã representa sem dúvida o ponto mais fundo da derrocada da política externa dos EEUU. Com ideais que se preservaram desde a Doutrina Monroe, a América sempre se apresentou como a guardiã da paz internacional, política que justificava e dava ênfase ao intervencionismo, desde a América Latina até a mais recente ação no Sudeste Asiático. E para esta “Cruzada” os EEUU sempre se sentiram os parceiros de Deus, eleitos na terra para preservar os ideais de alta moralidade, tais como, a lei e a ordem. Entretanto, parece que o Vietnã mostrou o lado mais dramático da questão, pondo em dúvida todo o poder imanente e “divino” dos EEUU. O trauma psicológico causado pelo Vietnã em toda a população civil americana não é difícil de se verificar. O país virou de cabeça para baixo, graças a ação generalizada de contestação de estudantes incorporados com a política tanto interna, quanto externa do governo.

Será em torno desta política externa que versará praticamente a base eleitoral dos dois candidatos, Nixon e McGovern. Francis entrará no problema exatamente por este ponto, analisando a plataforma política dos candidatos representantes dos dois maiores partidos americanos (Republicano e Democrático), como lados de uma mesma moeda. Em uma face, a campanha política de Nixon, voltada ostensivamente para o retorno da moralidade. Os ideais do puritanismo, os benefícios do sacrifício do trabalho, a virilidade do homem da “conquista do oeste”; o fim da guerra do Vietnã através da “Paz com Honra”. No outro lado da moeda, a candidatura de McGovern resultante inofensível do fracasso americano no Vietnã. Com a evidência desta derrocada, principalmente, a partir de 1968, na ofensiva do Tet, surgiram os levantes universitários, que foram os primeiros elementos da sociedade a desacreditarem totalmente na política externa do país. Esses estudantes, embora nunca tenham se organizado realmente, causaram barulho suficiente, a tal ponto, que quatro anos depois provocaram uma série de mudanças na vida política institucional dos EEUU. A principal delas foi a alteração do partido Democrata, permitindo a ascensão de McGovern, que com sua plataforma reformista seria o líder do conjunto inconformado da população.



Francis para decifrar todo este emaranhado de problemas, não só aprofundará sua análise no comportamento geral da sociedade, como também penetrará no universo psicológico dos dois candidatos. A retrospectiva da história americana desde o início da Guerra Fria, dará ao leitor um quadro bastante amplo das transformações ocorridas no interior da sociedade. E dentro desse conjunto aparecerá a figura de Nixon com todas as suas conhecidas atitudes políticas desde Eisenhower até sua ascensão ao poder em 1968 e a sua ação como primeiro mandatário. O desempenho político de Nixon e McGovern é sem dúvida alguma a parte mais envolvente da análise de Francis. É aí que se percebe toda a infraestrutura institucional de poder, responsável pela vitória de Nixon, ao lado da insegurança política de McGovern, que se evidenciaria finalmente no caso do afastamento de seu candidato à vice-presidência Tom Eagleton.

A análise do autor não para na vitória final de Nixon. Toda uma série de questões é colocada a partir da reeleição do candidato do Partido Republicano. Uma dessas questões se refere à grande expectativa de que o presidente eleito talvez não personifique o seu partido, e sim a própria dimensão do poder. Muitos perigos são salientados por Francis, desde a supressão de algumas liberdades públicas à ambígua proposta de pacificação do Vietnã.

Com esse trabalho, tão significativo para o entendimento da política dos EEUU, Francis inicia talvez uma nova fase de sua vida profissional no jornalismo. Inspirado, sem dúvida, numa tradição na qual a maior figura é Norman Mailer, tenta fazer a história no momento da própria ação. Os resultados do livro em questão, se positivos ou negativos, ficam submetidos à apreciação dos leitores interessados.

Por fim, deve-se ressaltar a importância de um fato, sem o qual seria impraticável a realização deste livro. Apenas dentro do livre jogo democrático sem impedimentos à liberdade é que se objetiva e concretiza uma série de expectativas e opiniões. Deixemos que as palavras do próprio Francis expressem a realidade deste fato:

“Espero que o leitor se divirta. A política democrática tem sempre uma componente de circo. Mas é melhor que nada”.

*EDGAR SALVADORI DE DECCA*